

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL (EM REDE)
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS
MESTRADO PROFISSIONAL EM FILOSOFIA (PROF-FILO)

LUCIANO MAGALHÃES ALVES

**VALORES DEMOCRÁTICOS E ELABORAÇÃO DE CONCEITOS NAS AULAS DE
FILOSOFIA**

CAMPO GRANDE

2020

LUCIANO MAGALHÃES ALVES

**VALORES DEMOCRÁTICOS E ELABORAÇÃO DE CONCEITOS NAS AULAS DE
FILOSOFIA**

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado
Profissional em Filosofia da Faculdade de Ciências
Humanas da Universidade Federal de Mato Grosso do
Sul, para obtenção do título de Mestre em Filosofia.

Linha de Pesquisa: Práticas de Ensino de Filosofia

Área de concentração: Ensino de Filosofia

Orientadora: Prof.^a Dr^a Marta Rios Alves Nunes da
Costa

CAMPO GRANDE

2020

AUTORIZAÇÃO

Autorizo a reprodução total ou parcial deste trabalho, por meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Luciano Magalhães Alves

Campo Grande, 28 de fevereiro de 2020

Nome: Luciano Magalhães Alves

Título: *Valores democráticos e elaboração de conceitos nas aulas de filosofia*

E-mail: magalluc1@hotmail.com

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado Profissional da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, para obtenção do título de Mestre em Filosofia, na área de concentração em Ensino de Filosofia.

Aprovado em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Professora Doutora Marta Rios Alves Nunes da Costa

Instituição: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS

Assinatura: _____

Examinador (a): Professor Doutor Ricardo Pereira de Melo

Instituição: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS

Assinatura: _____

Examinador (a): Professora Doutora Ester Maria Dreher Heuser

Instituição: Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste

Assinatura: _____

DEDICATÓRIA

Este trabalho é dedicado à Lu, pelo apoio e pela partilha dos projetos da minha vida. E à Santo Afonso Maria de Ligório, pela inspiração de vida e ação.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao PROF-FILO pela oportunidade de desenvolver o projeto.

Aos professores pelas aulas que muito contribuíram para a minha formação.

Especialmente à Marta, por ter acolhido, orientado e transformado meu objeto de pesquisa em algo muito melhor que eu havia pensado.

À dois ex-alunos, Jade e Leandro, pelo apoio prestado desde a concepção do projeto até o momento final.

Agradeço especialmente à minha irmã pelo apoio prestado nesta formação.

La lecture est pour nous l'initiatrice dont les clefs magiques nous ouvrent au fond de nous mêmes la porte de demeures où nous n'aurions pas su pénétrer.

(Marcel Proust)

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo apresentar a filosofia compreendida como criadora de conceitos, em Deleuze, e como a partir desta perspectiva, pode auxiliar na discussão dos valores democráticos nas aulas de filosofia. Por meio de uma experiência prática em sala de aula, mostrar como a atividade filosófica permite a constituição de cidadãos mais críticos através das práticas argumentativas. O texto discute dois elementos: A noção do ensino de filosofia como atividade filosófica de criação de conceitos e os conceitos em Tocqueville de: igualdade de condições, a relação igualdade - liberdade, a tirania da maioria e a importância da vida associativa. E apresenta processos argumentativos no produto elaborado (aqui entendidos como as diferentes situações didáticas onde o aluno é levado a discutir, debater e expor com justificativas suas ideias) nas aulas de filosofia. O resultado visa a proposta de uma sequência didática. A análise e os resultados desta prática serão apresentados como um adendo à proposta curricular, para o ensino de filosofia, da Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul, pois a mesma não contempla os autores abordados. O que poderia, assim, nortear o trabalho de outros profissionais da mesma área de ensino.

PALAVRAS-CHAVE: Elaboração de Conceitos. Democracia. Deleuze. Tocqueville. Argumentação.

ABSTRACT

This work aimed to present the philosophy as creative concepts in Deleuze, and from this perspective assist in the discussion of democratic values in philosophy classes. Through practical classroom experience, showing how philosophical activity would allow the constitution of critical citizens through argumentative practices. The text proposes to discuss two elements: The notion of teaching philosophy as a philosophical activity development concepts; Tocqueville's concepts of: equal conditions, the equality-freedom relationship, the tyranny of the majority, and the importance of associative life; and the argumentative processes (understood here as the different didactic situations where students are led to discuss, debate and justify their ideas) in philosophy classes. The result goals to propose a didactic sequence. The analysis and the results of this practice will be proposed as an addition to the curricular proposal for the teaching of philosophy of the Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul, because it does not include the authors approached. Therefore, it could guide the work of the other professionals in the same subject area.

KEYWORDS: Concept elaboration. Democracy. Deleuze. Tocqueville. Argumentation.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
CAPÍTULO 1 – DELEUZE E O ENSINO DA FILOSOFIA: UMA PROPOSTA METODOLÓGICA.....	15
1.1 – Filosofia e currículo	15
1.2 – Condições atuais do ensino de filosofia.....	17
1.3 – Filosofia e acontecimento	18
1.3.1 – O conceito	20
1.3.2 – Plano de imanência	21
1.3.3 – O problema	22
CAPÍTULO 2 – EDUCAÇÃO E APRENDIZAGEM EM PERSPECTIVA	25
2.1 – O ensinar e o aprender	25
2.1.1 – Três instancias correlacionadas.....	27
2.1.2 – O caos e a filosofia	27
2.2 – O ensino da filosofia	29
2.2.1 – Aula – oficina: a pedagogia do conceito.....	29
CAPÍTULO 3 – DEMOCRACIA EM TOCQUEVILLE	32
3.1 – A questão democrática	32
3.1.1 – A democracia em Tocqueville.....	34
3.2 – A mobilidade social e a igualdade de condições.....	36
3.2.1 – A mobilidade social é o sentido fundamental de igualdade.....	37
3.2.2 – A perfectibilidade humana	40
3.2.3 – O gênero humano.....	41
3.2.4 – Democracia e direitos	44
3.2.5 – A democracia altera a linguagem.....	45
3.3 – A liberdade	46
3.3.1 – Liberdade, arte exigente.....	47
3.4 – O paradoxo democrático	49
3.4.1 – O individualismo	49

3.4.2 – A vida associativa	52
3.4.3 – O poder da maioria e a opinião pública	53
3.5 – Plano de aula.....	55
3.5.1 – Sobre a metodologia do produto.....	59
3.5.2 – Relatório	60
CAPÍTULO 4 – DEMOCRACIA: A CONSTRUÇÃO DE UM HORIZONTE DE POSSIBILIDADES	63
4.1 – O quadro de nossas existências.....	63
4.2 – O presente e o futuro das democracias	64
4.3 – A democracia em perspectiva	68
CONSIDERAÇÕES FINAIS	71
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	73
ANEXOS	75

INTRODUÇÃO

O trabalho aqui apresentado teve seu percurso inicial na sala de aula durante as aulas de filosofia por mim ministradas. No momento em que se adotava um novo manual de referência para as aulas de filosofia no ensino médio, deparei-me com uma obra didática do autor Silvio Gallo (2016). Nela ele apresentava a Filosofia como uma potência do pensamento, produtora de conceitos. Não conhecendo a obra de Deleuze passei então a leitura deste autor. E em sua obra em colaboração com Felix Guattari, *O que é a filosofia?* (1992) encontrei as referências necessárias para melhor compreender o que havia lido no livro didático. O que despertou a compreensão da necessidade de como professor de filosofia ter uma definição de filosofia que pudesse garantir um trânsito por entre as diferentes correntes do pensamento filosófico, conceitos e autores. O ensino de filosofia tornou-se para mim um problema filosófico mesmo que não denominasse ou compreendesse deste modo.

Havia uma busca de qualificação da prática do ensino de filosofia, de uma referência teórica que desse suporte as diferentes experiências desenvolvidas na sala de aula. Posteriormente, a leitura de Renata Lima Aspís (2009) ofereceu um contato com o conceito de “oficina filosófica” desenvolvida por Gallo e inspirada na própria concepção de Deleuze de conceber a filosofia como prática de elaborar conceitos.

Esta concepção era a que melhor se enquadrava com as práticas desenvolvidas em sala de aula, mas este era apenas um dos elementos deste processo. Algo que sempre me chamou atenção foram as constantes críticas, e ao mesmo tempo, as defesas da democracia por parte dos alunos nas aulas dos temas ligados à política, nem sempre inicialmente empolgantes para os alunos. Sempre refratários, no início do curso tinham e demonstravam um interesse melhor quando compreendiam os fundamentos da vida política.

A questão democrática sempre me interessou e a elaboração de uma prática em sala de aula que também fosse democrática eram ambições formativas que nutriam a busca por qualificação. Diferentes formações foram aos poucos gestando algo que desse um suporte melhor para as aulas. Mas não eram conclusivos. Foi durante a formação do Prof-filo que pude então dar um melhor direcionamento para a prática em sala de aula. Deste modo seguiu-se uma pesquisa que estabeleceu uma relação entre uma noção de filosofia, que considero fundamental a todo professor de filosofia, e a conceituação de democracia, real objeto deste trabalho. Além, é claro, de tratar o ensino de filosofia como um problema filosófico. O texto aqui apresentado é o resultado deste processo.

O trabalho está dividido em quatro diferentes capítulos que seguem o percurso do projeto e da formação pessoal de quem o produziu. O primeiro capítulo apresenta a noção de filosofia que estrutura o trabalho. A partir de Deleuze, trabalha-se com a concepção de filosofia como prática de elaboração de conceitos. Neste capítulo diferencia-se filosofia como uma potência do pensamento distinta de outras potências como a arte e a ciência. Para que tal distinção tivesse mais clareza, foram apresentados os conceitos de plano de imanência, problema e acontecimento. Como não era a natureza deste trabalho aprofundar este tema optou-se por um recorte e em não aprofundar todos os elementos que são citados e abordados, mas não exaustivamente trabalhados.

No segundo capítulo discutiu-se a filosofia e seu ensino, a questão da apropriação do conhecimento e as etapas do processo da ‘oficina de conceitos’. Com a concepção de filosofia desenvolvida a partir de Deleuze pôde-se fundamentar um conceito trabalhado e desenvolvido por Silvio Gallo, a ‘oficina de conceitos’, onde o autor elabora uma prática em sala de aula estruturada que possibilite a realização da elaboração de conceitos. A presença de Gallo neste trabalho também se justifica pela natureza própria de um texto de mestrado profissional, que possibilita pensar o ensino de filosofia como problema filosófico.

Apresentou-se um plano de aula que estruturou a realização de um produto didático para o ensino de filosofia. Além do plano e suas etapas, há uma descrição prévia de como deveriam ocorrer cada etapa e um relatório posterior descritivo sobre a aplicação do produto. Vale ressaltar que o plano proposto se apresenta como uma sequência didática real, dentro das condições de trabalho para os alunos da escola Joaquim Murtinho, local de aplicação deste plano. Ao final há em anexo o material elaborado e as respostas das atividades dos alunos.

O núcleo central deste trabalho é a questão democrática, o como poder trabalhar e conceituar e fazer refletir sobre o valor e a importância da democracia. Encontrei nos textos de Marta Nunes da Costa uma resposta e o fundamento para esta questão, assim como a obra de Tocqueville que permitiu pensar a democracia, o indivíduo e a sociedade, apontando uma definição para o gênero humano a partir das relações sociais por ele tecida, a busca e o valor da igualdade de condições, liberdade, a mobilidade social e os paradoxos da democracia: a tirania da maioria, a opinião pública, a tendência ao despotismo e sobretudo o individualismo. No entanto o autor apresenta alternativas aos problemas suscitados, como realçar a importância da vida associativa.

Encontrou-se neste autor pouco trabalhado e pouco citado nas obras de referência para o ensino de filosofia no ensino médio os elementos necessários para trazer conceitualmente a democracia para a sala de aula com um amplo aspecto conceitual. Os conceitos abordados

trazem a democracia sob diferentes ângulos e principalmente, não a limita em seus métodos e práticas, tais como: liberdade de voto ou eleição. Ao abordar a democracia como algo que altera a nossa própria vida, o nosso ser mesmo, ele consegue dar ao conceito a dimensão da complexidade e importância que se buscou para o ensino sobre democracia nas aulas de filosofia.

No último capítulo retomo a questão democrática para trabalhá-la em perspectiva. Afinal, qual importância da democracia ou ainda qual necessidade de complexar o trabalho sobre democracia em sala? A democracia é compreendida como modo de vida. Como um projeto que constrói horizontes de possibilidades e valorização do ser humano. Os textos de Marta Nunes da Costa auxiliam na compreensão de Tocqueville e, além disso, auxiliam-nos a compreender o conjunto de limitações que ainda imperam nas relações sociais, impedindo a efetivação de um modo de vida democrático na sociedade. Com a autora pode-se apresentar também uma perspectiva do horizonte democrático. Em suma eis o trabalho que se segue.

1. DELEUZE E O ENSINO DA FILOSOFIA: UMA PROPOSTA METODOLÓGICA

Neste capítulo, irá se recapitular brevemente o ensino de filosofia a partir da aprovação na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e sua relação na escola onde o projeto fora desenvolvido. Assim como, a filosofia, como prática de elaboração de conceitos. E os conceitos centrais para esta compreensão, tais como: acontecimento; plano de imanência; problema; interesse e personagem conceitual.

Surgida entre os gregos há 26 séculos, a filosofia é um modo de conhecer a realidade que desde seu início se apresenta como uma busca pelo saber, por aquilo que não se conhece. A filosofia é busca, é procura e é também incomodo, insatisfação com algo que se ignora, com algo que não se compreende, cujo sentido está nebuloso e cuja informação dada pela cultura ou saberes disponíveis de alguma forma não satisfaz. A compreensão da filosofia como busca pelo saber implica uma atitude que nos mobiliza a saber mais, a ir além do conhecimento que se tem e assim a descobrir e modificar o estado de compreensão das coisas.

Neste quadro de busca e de compreensão do estado das coisas é que se encontra o sentido desta dissertação. Inicialmente buscarei construir o contexto do ensino de filosofia no ensino médio, etapa da educação básica, onde a filosofia se encontra inserida no currículo, no caso preciso, na escola pública. Deste contexto parto para uma definição de filosofia a partir de Gilles Deleuze, como prática de elaboração de conceitos, para então pensarmos a possibilidade do ensino de filosofia sob este prisma e logo em seguida assinalaremos uma proposta de uma metodologia de ensino de filosofia no ensino médio baseada na elaboração de conceitos.

1.1. Filosofia e currículo

A presença da filosofia nos currículos escolares brasileiros vive uma grande batalha por sua justificação, uma luta por sua permanência pois ela ainda se apresenta quase como uma novidade entre nós. Efetivamente como disciplina escolar ela só passou a figurar em nossos currículos a partir de 2008 com a sanção presidencial que a tornou novamente uma disciplina obrigatória e cuja presença até então não estava totalmente garantida (como uma forma de conhecimento específica), mas era tratada dentro do que se chamava “temas transversais”. Tal condição fora construída ao longo do final do século passado, onde uma reforma do ensino de cunho tecnicista transformou a disciplina de filosofia em disciplina optativa, tornando sua presença cada vez mais rara, até sua total extinção, por falta de demanda ou de oferta, em muitas escolas públicas e privadas. Ao longo dos anos 80 do século passado, retomou-se a luta pelo

retorno do ensino de filosofia, principalmente no contexto da redemocratização brasileira e da nova constituição que fora promulgada no final da mesma década. Nos anos 90, com a promulgação da LDB, lei nº 9.394/96, mas, como afirma Silvio Gallo “em seu espírito flexibilizador e “minimalista “, optou-se por afirmar conhecimentos de filosofia e sociologia como obrigatórios, mas sem definir seu caráter disciplinar” (2009). Tal posição deixava o ensino de filosofia diluído entre outros objetos de conhecimento, sem identificação própria, inclusive no que concerne a quem deveria ministrar este conteúdo, não sendo necessário um professor formado em filosofia, com conhecimentos científicos e didáticos específicos, pois a filosofia de acordo com o modo de pensar da época poderia ser abordada por qualquer professor e de qualquer modo. A batalha por status próprio à filosofia permaneceu ativa e mesmo após o veto presidencial de Fernando Henrique Cardoso, um novo projeto de lei foi aprovado no congresso nacional e sancionado pela presidência em 2008.

O estado de Mato Grosso do Sul – não ficou em separado deste processo. Nas escolas públicas da rede estadual de ensino, a disciplina de filosofia existia em pouquíssimas escolas públicas no final dos anos 90 e durante os anos 2000. Seu conteúdo se encontrava assegurado de forma difusa na disciplina de ciências sociais, existente nos currículos de então. Apenas depois de 2006 com o concurso para professores de filosofia, esta disciplina se efetiva dentro do currículo estadual de ensino.

Resta-nos saber em qual contexto a filosofia fez sua entrada, definitiva talvez, na formação do ensino médio das escolas públicas de Mato Grosso do Sul. A disciplina está presente nos três anos que compõem o ensino médio com uma aula semanal. O currículo dividido entre competências e habilidades apresenta uma lista de conteúdos mínimos a serem trabalhados, mas que a rigor se torna o desafiante¹ currículo a ser cumprido. O quantitativo de aulas, assim como a extensão curricular impõem ao professor uma série de questionamentos: O que e como ensinar filosofia? Qual filosofia? Qual o papel do professor / filósofo neste quadro? A estas perguntas fundamentais se somam outras de caráter didático que acreditamos só poderem ser respondidas no segmento das respostas dadas às primeiras, tais como: Como avaliar? Quais procedimentos e métodos utilizar? E ainda, e tão fundamental como as questões precedentes, para quem ensinar filosofia no ensino médio? Em qual condição histórica? São estas questões que emanam da escola pública e que, como dito anteriormente, transformaram-se na busca deste professor. O trabalho aqui apresentado se estrutura como uma possibilidade de resposta a tais questionamentos.

¹ Digo desafiante pois devido a possibilidade real de no máximo sete a nove encontros bimestrais, torna desafiador o trabalho do professor e dos alunos de filosofia.

1.2. Condições atuais do ensino de filosofia

Na busca de uma resposta a questão para quem ensinar filosofia na escola pública e no Ensino Médio, devemos nos atentar para a construção de um perfil, uma mediania, que não aponta peculiaridades, mas tenta construir um padrão devido ao quantitativo presente nas instituições. Assim, a filosofia é apresentada aos jovens entre 14 e 19 anos, majoritariamente. Muitos já inseridos no mercado de trabalho, como trabalhadores regulares ou participantes de projetos sociais que visam a inserção destes jovens no mercado, na categoria de aprendizes ou trabalhadores intermitentes. Tal fato se apresenta por vezes como motivador para as aulas de filosofia, pois alguns destes vêm para as aulas com outras experiências vivenciadas nos espaços de formação profissional. Pode também se apresentar como um desafio a mais ao professor, devido à variedade de experiências nem sempre bem desenvolvidas. Jovens, alguns trabalhadores, outros em busca de um primeiro emprego, outros ainda à procura de um bom resultado no ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio), para adentrarem à universidade pública. São jovens oriundos, em sua ampla maioria, dos extratos mais pobres da população, com repertório cultural limitado, com dificuldades e com o hábito de leitura pouco frequente, inseridos em uma escola de massa, como afirma Rodrigues (2009, p. 20), resultado de um processo de democratização e universalização do ensino secundário. Em uma sociedade de massas, estes alunos recebem e consomem uma cultura de massas, com acesso contínuo a conteúdos de mídia, diante dos quais nem sempre sabem filtrar ou compreender de forma crítica as informações recebidas.

A filosofia sempre teve seus rivais – com efeito – desde sua origem se constituiu como oposição à *doxa*, opinião sem fundamentos. Hoje não vivemos situação diferente e isto tem reflexos na escola, na sala de aula e principalmente nas aulas de filosofia; um desafio maior que, somado ao quadro descrito anteriormente, amplifica-se com uma desmotivação persistente para a crítica, para o questionamento da realidade que nos circunda. Descrita por Rancière (2015, p. 180) como uma sociedade pedagogizada mantenedora de uma lógica que distancia as pessoas separando-os entre embrutecedores e embrutecidos. Conduz o educando e o trabalhador a procura de uma formação permanente, muitas vezes alijados de capacidade de avaliação da informação e formações recebidas pelos diferentes meios de informações, principalmente pelas redes sociais que, se forem bem utilizadas podem ser um excelente meio para o desenvolvimento pessoal do indivíduo, mas no entanto, devido a avalanche de imagens, mensagens, tutoriais, vídeo-aulas, canais informativos, não permitem o tempo necessário para a reflexão e seleção da comunicação recebida. Isto conduz a que a educação e a formação

profissional se diluam, até dar espaço “em favor de uma terrível formação permanente, de um controle contínuo se exercendo sobre o operário – aluno ou executivo – universitário (DELEUZE, 1992, p. 225). A isto Deleuze caracteriza como sociedades de controle, conceito importante para nós entendermos logo mais sua compreensão do que é filosofia. Diz o autor que “[...] estamos entrando nas sociedades de controle, que funcionam não mais por confinamento, mas por controle contínuo e comunicação instantânea.” (DELEUZE, 1992, p. 224).

Nesta sociedade descrita como de controle, onde por meio das redes sociais exercemos controles uns sobre os outros ao transmitirmos informações sobre nós e nossas vidas continuamente, onde damos testemunho de nossas ações, aceitamos muito sem questionar as inúmeras opiniões que nos cercam. Esta busca pela opinião nos afasta daquilo que o autor entenderá por filosofia. Hoje é a informática, a comunicação, a promoção comercial que se apropriam dos termos ‘conceito’ e ‘criativo’, e esses conceituadores formam uma raça atrevida que exprime o ato de vender como o supremo pensamento capitalista, o *cogito* da mercadoria. Informação e conhecimento transformam-se em mercadoria nas sociedades de controle. Daí a importância da filosofia com seu poder de compreensão da realidade, capaz de romper com as estruturas desta sociedade de controle, oferecendo uma alternativa a ordem estabelecida. Para Deleuze, a filosofia não é simplesmente comunicativa, reflexiva nem contemplativa. Ela é, por si mesma, criadora ou mesmo revolucionária, uma vez que não para de criar conceitos. A filosofia ou cada filosofia em sua época, sempre reage e luta contra o seu tempo e ao mesmo tempo nos apazigua ao permitir dar sentido ao pensado e vivido, ao conceituar a nossa experiência no tempo.

1.3. Filosofia e acontecimento

Propõe-se agora a desenvolver a definição de filosofia, como afirma Deleuze e Guattari, como produtora de conceitos. Inicialmente, a filosofia será apresentada em negativo, o que ela não é. Para depois trabalhar as noções de filosofia, acontecimento, problema, plano de imanência e personagens conceituais. Conceitos que se retroalimentam e que não podem ser negligenciados, mesmo se devido à natureza deste trabalho não podem ser exaustivamente aprofundados. Posteriormente será apresentada uma concepção de educação, de ensino de filosofia para concluir com a proposta metodológica e a questão democrática.

Inicia-se este percurso de definição da filosofia pelo o que ela não é. E ela não é nem contemplação, nem comunicação, nem reflexão. Ela não se limita a isto, somente estas ações

não a definem pois podem ser desenvolvidas por outros modos de conhecimento. Reflexão, comunicação e contemplação não são exclusividades da filosofia. Mas a filosofia é capaz de ser criadora, geradora de conceitos que permitem a reflexão, a contemplação e a comunicação. A filosofia é então uma *potência* do pensamento capaz de criar conceitos, que ao dar significado extrai dos eventos do mundo o seu conceito, a atividade de elaboração de conceitos gera uma atitude filosófica de criação livre, motivadora nos seres humanos de engajamento nos acontecimentos do mundo, uma postura ativa diante da submissão imposta pelo excesso de informação que nos sufocam nas sociedades de controle. Conceituar é a tarefa do filósofo e de uma vida filosófica (DELEUZE, 1992, p. 180). A filosofia, por ser produtora de conceitos, tenta capturar na sua operação o acontecimento, que não é simplesmente o vivido ou o experienciado, mas aquilo que é captado pelo pensamento, não é descritivo, mas sim como potência do pensamento o conceito constrói o acontecimento.

O acontecimento é o objeto do conceito, que por sua vez se constitui em atividade criadora que capta a emergência dos próprios acontecimentos. O acontecimento não se reduz à uma atualidade, um tipo de fato, ou evento específico, a mídia não pode captá-lo, visto que ele não se estrutura como uma notícia, mas o pensamento pode captá-lo, num lapso de tempo o pensamento pode percebê-lo e trabalha-lo conceitualmente, insistimos: o acontecimento é o objeto do conceito e é sobre ele que a filosofia fará sua elaboração conceitual. François Zourabichvili, considera o acontecimento, um tema central no pensamento de Deleuze a ponto de afirmar que este é uma filosofia do acontecimento. “[...] em todos os meus livros busquei a natureza do acontecimento; este é o único conceito filosófico capaz de destituir o verbo ser e o atributo.” (ZOURABICHVILI, APUD 2016, p. 35). O real é ele mesmo um acontecimento, se reproduzindo, e produzindo acontecimentos e multiplicidades, captadas pelo pensamento, por uma ideia. Ter uma ideia é sempre um acontecimento (mesmo sendo algo raro). A ideia é o acontecimento captado com sua estrutura problemática, o acontecimento é problemático e problematizante, é sobre ele que a filosofia se debruça, é ele que nutre o pensamento conceitual. É sobre um acontecimento, captado como um problema dentro de um plano de imanência que o conceito produz e se constitui como tal.

Conceituar é empreender uma luta contra o caótico de nossa existência, é tentar dar significado à multiplicidade de eventos produzidos pelo próprio movimento do mundo, é tentar captar a plasticidade deste movimento, desta multiplicidade de eventos, se constituindo como uma teoria da multiplicidade. Diz Deleuze “[...] concebo a filosofia como uma lógica das multiplicidades. Criar conceitos é construir uma região no plano, juntar uma região às precedentes, explorar uma nova região, preencher a falta.” (DELEUZE, 1992, p. 188).

Percebida pela sua fragmentação, pela multiplicidade de eventos, o conceito é criado a partir dos problemas que estas multiplicidades fragmentadas da realidade apresentam. Ao conceituar a filosofia permite uma significação particular, singular do real, é um ato de criação do mundo, no mundo, para captá-lo, compreendê-lo, transformá-lo, é uma intervenção no mundo para mudá-lo ou conservá-lo. O conceito é, então, um dispositivo, um operador que permite uma ressignificação do vivido e do experienciado que se remete a outros conceitos e problemas aos quais se dirigem, ele retoma ou se refere a outros conceitos quando necessário, ele é capaz de pensar o já pensado em um ato que não é apenas repetição, pois já não é mais o mesmo sendo fruto de uma compreensão singular, é a repetição que é diferença. A criação pode ser então uma retomada de algo já pensado, para iluminar algo novo ou ainda não percebido de forma clara, ela não exclui a tradição filosófica, mas dá atualidade ao pensado e concebido, retomando-o para dar continuidade ao ato de conceituar.

1.3.1. O conceito

Para Deleuze a filosofia sempre se ocupou de conceitos, mas os mesmos têm vários aspectos possíveis, pois diferente da tradição platônica que usa o conceito para afirmar o que as coisas são, sua essência, no pensamento de Deleuze o conceito deve dizer o acontecimento não mais a essência de algo. Os conceitos não estão prontos e não preexistem em um mundo à parte, ou no próprio pensamento. Eles não são dados que a razão capta prontamente. É preciso inventá-los, criá-los. Expressam algo captado, apontam aspectos do real, tornam-se processo, do pensamento, do filosofar e produto da própria filosofia.

(...)os conceitos são singularidades que reagem sobre os fluxos do pensamento ordinários: pode –se pensar sem conceitos, mas desde que haja conceito há verdadeiramente filosofia. (...) um conceito é cheio de uma força crítica, política e de liberdade (DELEUZE, 1992, p. 38).

Filosofar é elaborar conceitos e o conceito é filosofia que surge diante de uma necessidade de compreensão, diante de um problema. O conceito é uma forma racional de equacionar problemas (GALLO, 2012, p. 81). A criação é sempre fruto de uma necessidade de compreensão ou de significação de algo percebido e não compreendido. Ao experienciar o problema que instiga o pensamento, elabora-se o conceito e estes são criados dentro de um plano de imanência, onde os problemas se movimentam, se constituem. Este plano de imanência é o solo dos conceitos e da própria filosofia é dele que o pensamento vai extrair os

acontecimentos e elaborar os conceitos. Este é um quadro geral para o processo do filosofar. Os conceitos supra expostos serão melhor desenvolvidos nos próximos parágrafos.

Em sua obra *O que é filosofia?* Deleuze e Guattari afirmam que existem três modalidades do pensamento, três potências que expressam nossa capacidade de pensar de forma criativa e produtiva. Podemos pensar por perceptos, próprio do pensamento artístico; por funções, característico do pensamento científico e por conceitos, específico da filosofia. São modos de pensar e compreender a realidade que não se anulam, não se isolam, não se excluem e não apenas repetem o já pensado e sobretudo não cedem aos apelos da opinião. Enquanto que as opiniões, por serem geralmente uma resposta apressada, pouco refletida e cheia de preconceitos oferecem um conforto com suas respostas imediatas na tentativa de compreender o mundo. Principalmente, nestes tempos de comunicação instantânea, na tentativa de compreender a forma caótica que por vezes a realidade se apresenta. Dar sentido ao que ainda não foi apreendido pela razão, não foi atingido pelo pensamento. Aquilo que ainda figura como estranho e inquietante, o que se ignora. A filosofia e cada filosofia perpassam como potência do pensamento o caos de nossas ideias, segundo um plano de imanência que nada mais é do que uma tentativa de compreender, captar, dar sentido ao movimento infinito e múltiplo do caos, do ignorado, daquilo que ainda não foi alcançado pelo pensamento.

1.3.2. Plano de imanência

O plano de imanência é a imagem do pensamento – é anterior a elaboração de conceitos – é uma espécie de superfície onde os eventos se descortinam, são captados, mas ainda não estão claros, é uma compreensão pré-conceitual, pré-filosófica, do que deve ser o pensamento (DELEUZE e GUATTARI, 1992, p. 51). O plano de imanência é o chão, o espaço e o horizonte da produção de conceitos, é por onde circulam, se encontram, se entrecrocaram os conceitos. É por meio do plano de imanência que a filosofia se serve da realidade para gerar conceitos que tornam esta mesma realidade compreensível. Os planos podem ser vários, como vários podem ser os percursos da filosofia. O filósofo pode então constituir seu próprio plano de imanência ou conceituar em planos já delimitados, dando continuidade a uma compreensão conceitual da realidade. O plano de imanência delimita o trabalho conceitual do pensamento, impondo uma ordem ao caos. Ordem esta que não é dada, mas construída, elaborada pelo pensamento que se inclina diante de algo que provoca um incômodo, por vezes indescritível, uma necessidade de dar significado, sentido para o que ainda não tem resposta, para um problema. Problema não é uma simples questão cuja resposta não demanda um esforço de compreensão, o problema não

se encerra apenas na linguagem, vai além dela. O problema é um encontro, um acontecimento, que nos força a pensar, é sentido e sensibiliza a alma, a torna perplexa e a força a colocar o problema (DELEUZE, 2006, p.188).

O problema é uma experiência singular, do sujeito com sua percepção diante de algo que o sensibiliza, que se encontra inicialmente no nível das sensações, daí ser de começo indescritível, pois se produz no âmbito da sensibilidade e não da racionalidade. Ele parte do vivido, do que percebe do sensível. A experiência problemática é sentida para depois ser racionalizada como um problema, é uma experiência singular objetiva, presente no plano de imanência. Se a filosofia produz conceitos ela encontra problemas (LE GARREC, 2010, p. 142), os problemas precedem a elaboração conceitual e deste modo Deleuze resgata a tradição problematizadora que se encontra na gênese da própria filosofia como busca de saber que não se sabe. Este aspecto problemático que motiva o pensamento é o interesse. Que se constitui como critério do pensamento. Toda ideia interessante é motivada por um problema. Os problemas se apresentam no nível da sensibilidade, daquilo que é experienciado e vivido. O problema, nesta perspectiva é existencial. É a vida que se determina no ato de passar pelos obstáculos ou de se pôr a resolver os problemas.

1.3.3. O problema

Deleuze insiste na dimensão existencial do problema. Quando se põe em marcha ante os problemas que perpassam e que sai da ordem do sensível em direção ao racional. Ao compreendê-los racionalmente, começa-se a conceituar. Mas Deleuze vai além e convida a não confiar nas soluções, mas perceber que os problemas atravessam as soluções que estas não o dissolvem ao contrário insiste em permanecer. A solução é solução em determinado momento dentro do plano de imanência, mas não elimina a problemática dentro de outros planos de imanência². Elaborar conceitos não é dar uma solução definitiva para os problemas do mundo, mas dar sentido, fazer compreender e racionalizar o que inicialmente era pura sensibilidade. A filosofia aposta mais no problema do que na solução, pois são estes problemas captados os motivadores do pensamento racional. O problema é a força motriz da experiência de produção de conceitos. E o conceito produzido é uma experiência singular que não elimina de modo total o problema nem outras possíveis experiências conceituais, é deste modo que os conceitos

² A vacina contra o sarampo não elimina o sarampo no mundo. Uma futura cura para o câncer não impedirá sua ruptura em determinado corpo, que poderá posteriormente ser curado. Ou na filosofia a definição dada por um filósofo em um determinado momento, não elimina o problema filosófico de definir o que é filosofia.

circulam, brotam e se entrechocam no plano de imanência da realidade e permitem a construção de diferentes planos, é deste modo que o filósofo pode resgatar o plano de imanência de outro filósofo ou de outra filosofia para si e dar continuidade, pois ao se sensibilizar com algum problema da realidade ele encontra no plano de imanência de outros um percurso para si mesmo é a repetição que se constitui como diferença. Podem ser percorridos os planos de imanência de Kant, Nietzsche ou outro filósofo.

Pode-se também percorrer os problemas enfrentados por outros pensadores dando uma contribuição singular, sem, no entanto, acreditar em uma solução definitiva, visto que os problemas insistem em não se dissolver nas soluções encontradas, alimentando assim a longa tradição filosófica de problematização da realidade. É o problema que força a pensar, a construir uma resposta que não é dada, que esteja pronta, é preciso mobilizar o pensamento para enfrentar os problemas, produzindo conceitos.

Daí a questão do interesse. O interesse em fazer frente ao problema produz o conceito. O pensamento, então, não é natural em nós, somos forçados a pensar, é o problema que nos força a pensar (GALLO, 2012, p. 79). É o problema que se apresenta como um motor do pensamento que, motivado pelo próprio problema captado e usando de sua potência para produzir conceitos, filosofa, pensa, explora os acontecimentos produzidos pela realidade, extraídos do plano de imanência. Problematizar é um motor do filosofar. Pode-se motivar a pensar e, por extensão a filosofar por meio dos problemas. Poderia haver então, uma educação desafiadora para o pensamento capaz de permitir que ele capte os problemas e acontecimentos do mundo. Esta educação ocorreria em torno ou a partir de uma pedagogia do conceito (DELEUZE e GUATTARI, 1992, p. 19), promotora de uma prática não apenas restrita à sala de aula, mas consequente para a sociedade produtora desta educação. Este é um ponto fundamental, descreveu-se acima a sociedade atual como uma sociedade de controle, o pensamento e a filosofia como produtora de conceitos escapam desta ordem estabelecida, conflituam com ela. Em uma sociedade pedagogizada (RANCIÈRE, 2015, p. 180) a emancipação intelectual é mais que um princípio a ser refletido por um sistema educativo. Mas um meio de trazer a emancipação a todos, mesmo fora de um sistema de ensino. Como o exemplo de Jacotot ao indicar o método universal para o pai pobre ensinar seu filho. Trazer para a sala de aula a capacidade de ler nos eventos cotidianos, os problemas de uma sociedade inteira, pode ser o papel de uma educação filosófica na educação. Dito por outras palavras, criar linhas de fuga, como nos incita o pensamento de Deleuze. As linhas de fuga, como pensamento que busca escapar dos controles sociais, da informação de mídia condicionada por interesses privados, das opiniões sem fundamento ou veracidade tão frequente nas redes sociais. Assim foram

apresentados os conceitos centrais de Deleuze para uma definição do que é filosofia. Dentro desta perspectiva que será trabalhado o produto didático a ser apresentado. E para melhor reforçar este conceito de filosofia, vamos usar o conceito de aula de filosofia como oficina de conceitos em Gallo.

2. EDUCAÇÃO E APRENDIZAGEM EM PERSPECTIVA

Neste capítulo será abordada a questão da educação, do ensino de filosofia e da apropriação do conhecimento filosófico. Para trabalhar estes conceitos optou-se pelo pensamento e pela obra de Silvio Gallo que desenvolve toda uma didática do ensino de filosofia a partir do pensamento de Deleuze. O conceito central a ser desenvolvido é o de *oficina de conceitos*. Também neste capítulo será apresentado, o plano de aula para uma sequência didática elaborada sobre o pensamento de Tocqueville e a questão democrática em sala de aula e em seguida uma análise do produto pedagógico desenvolvido em sala de aula. Esta escolha conceitual não se dá apenas pela harmonização com o pensamento de Deleuze e sua noção de filosofia, mas também porque é aquela que, dentre várias possíveis, trabalham dentro de uma perspectiva de ensino que valorize a filosofia, as potencialidades do aluno e melhor desenvolve as diferentes etapas do processo de ensino em sala.

2.1. O ensinar e o aprender

Educação pressupõe o ensinar e o aprender, e esta relação passa pelo professor, no nosso caso professor e filósofo que em sua ação cotidiana em sala, faz e promove o filosofar. Silvio Gallo aponta que os professores (de filosofia) mediam a relação com o conceito, e que são promotores de sua elaboração e que sua causa é a autonomia do sujeito, sua emancipação. Emancipação concebida como autonomia, capacidade de pensar por si e sem constrangimentos, é o pensar com liberdade. Entre outras possíveis perspectivas de ensino de filosofia esta é a que se considera mais adequada. A que melhor abrange as diferentes etapas do processo de ensino de filosofia. A elaboração de conceitos está no centro desta perspectiva. Os usos do conceito, seus mecanismos de apropriação e recriação. O manejo dos conceitos como uma ferramenta por parte dos alunos é o que caracteriza o ensino de filosofia. As aulas têm deste modo sempre um objetivo maior, um princípio que a norteia, a emancipação do indivíduo. E o maior instrumento de trabalho é a elaboração de conceitos.

Após delinear o ensinar, resta abordar o aprender, suas condições e possibilidades. Aprender a se emancipar, aprender a conceituar, desenhar a presença da aprendizagem na aula de filosofia. Para Deleuze nunca se sabe de antemão como alguém vai aprender, assim como não há para encontrar tesouros, não há métodos para aprender. A aprendizagem nos escapa, foge do controle do professor e de seu plano de aula, não que não deva existir, mas devemos saber que o plano de aula funciona mais como um roteiro prévio cujo o resultado nos escapa. O plano

de imanência pode se distanciar ou se chocar com os diferentes planos de imanência desenvolvidos pelos alunos, ou até mesmo nada acontecer. Pois há sempre um outro sujeito que pode simplesmente resistir ao proposto, num ato por extensão de liberdade. O aprender é um processo de encontros com os signos, a aprendizagem é uma relação com os signos (GALLO, 2012, p. 87). São os signos que motivam o aprender. Os signos que no processo de aprendizagem fomentam os problemas que mobilizados por estes instauram o aprendizado como um acontecimento.

A aprendizagem não se dá pela transmissão, mas na relação com o outro. Não há então uma relação de dependência e submissão do aprendiz ao mestre, o professor/filósofo é aquele que na aula de filosofia permite o filosofar. Elabora conceitos enquanto procura garantir as condições didáticas de sua elaboração pelos alunos, que pensa e permite pensar, que emancipa ao se emancipar. Ele mantém sua autonomia e institui as condições desta autonomia do pensamento. “O mestre acompanha o processo de encontros com os signos que mobilizam o aprender” (GALLO, 2012, p. 108).

Anteriormente usamos a imagem de que os professores / filósofos tem uma causa: a emancipação intelectual do alunado e usam-se os conceitos como armas na luta desta causa. Mas tanto as causas quanto as armas precisam de uma figura que as realize, esta figura na escola e na sala de aula é o professor. O professor / filósofo age como um intercessor entre os alunos e as possibilidades de aprendizagem, entre os acontecimentos e os problemas por ele suscitados a partir de um plano de imanência até a elaboração conceitual, a figura do intercessor e sua necessidade para a filosofia e para o conhecimento é citada por Deleuze em uma entrevista publicada no livro *Conversações*.

O essencial são os intercessores. A criação são os intercessores. Sem eles não há obra. Podem ser pessoas – para um filósofo, um artista ou cientista; para um cientista, filósofo ou artista – mas também coisas, plantas, até animais, como em Castañeda. Fictícios ou reais, animados ou inanimados, é preciso fabricar seus próprios intercessores (DELEUZE, 1992, p. 160).

O professor e filósofo é aquele que, como já fora anteriormente apontado, no espaço de suas aulas traça o seu plano de imanência e na sua busca filosófica pelo saber que não sabe, por uma verdade que dê significado a um problema da realidade. Elabora seus conceitos e permite aos alunos fazerem o mesmo. O filósofo é o amigo do conceito, o produtor do conceito, a potência do pensamento em ato, e os conceitos por ele produzidos, os efeitos que ele causa devem ser os critérios a serem avaliados. E nisto consiste compreender a filosofia como

processo e produto, o processo do filosofar já é o produto da filosofia, a filosofia não está separada do filosofar, não é um resultado à parte.

2.1.1. Três instâncias correlacionais

A filosofia é então constituída por essas três instâncias correlacionais: o plano de imanência que ela precisa *traçar*, os personagens filosóficos que ela precisa *inventar* e os conceitos que deve *criar* (DELEUZE e GUATTARI, 1992, p. 93). Estes são os três verbos constituintes do ato filosófico, e não contemplar, refletir e comunicar, conforme já citado anteriormente. Portanto, uma filosofia deve ser examinada pelo que ela produz e pelos efeitos que causa. Os conceitos filosóficos não são válidos na medida em que sejam verdadeiros, mas na medida em que são importantes e interessantes.

Este filósofo em sala de aula que produz filosofia, permite e cria as condições para que ela se instaure, não se dá de imediato. Ele deve sobretudo traçar o seu próprio plano de imanência, ou dar continuidade a um plano traçado por outros filósofos ou até mesmo corrente filosófica. E isto exige tempo, frequência. Com as obras filosóficas, com o pensamento conceitual, é preciso uma longa jornada, anos de educação e a coragem de elaborar seus próprios conceitos. Mesmo quando imersos no mundo da opinião, da informação rasteira e apressada que se apresentam no mundo como verdade, que busca a todo custo impor um pensamento único. Este tipo de pensamento que por detrás da aparência de liberdade e diversidade de opiniões o que mais quer é eliminar o contraditório e o múltiplo que perpassam o movimento da realidade. Tentando tirar do caos da existência pelo consumo de ideias e produtos, cuja a principal arma não é o conceito, produto da filosofia, mas a mercadoria produzida pela publicidade e pela propaganda. Diante de tudo isto o filósofo em sala não pode desprezar esta realidade circundante, deve ao contrário lutar contra ela, pela emancipação intelectual do seu alunado, permitindo que eles enfrentem o caos que circunda, impondo sobre ele a ordem da razão que dá sentido e extrai deste caos os acontecimentos elaborados conceitualmente

2.1.2. O caos e a filosofia

Há três ordens de saberes que mergulham e recortam o caos, produzindo significações: a filosofia, que cria conceitos; a arte, que cria os afetos, sensações; e a ciência, que cria funções. Cada uma é irreduzível às outras e elas não podem ser confundidas, cada uma à sua maneira é um esforço de luta contra o caos de nossas ideias, um esforço de conseguir um mínimo de

ordem. Cada uma delas é uma reação contra a opinião, que nos promete o impossível: vencer o caos. Buscando o eterno consenso. O que define o pensamento, as três grandes formas do pensamento, a arte, a ciência, e a filosofia, é sempre enfrentar o caos, traçar um plano, esboçar um plano sobre o caos. (DELEUZE, 1992, p. 233)

Reagir contra o consenso reconfortante inibidor do pensamento que só age quando motivado pelo interesse de solucionar problemas. A realidade produzida pela opinião na sociedade de controle e pedagogizada, se acredita inovadora, mas que não gosta do criativo, do novo que o pensamento capta da multiplicidade das coisas. Preferindo respostas apressadas às soluções fáceis, que eliminam aparentemente o problema, que como vimos anteriormente, se dilui, mas não desaparece por completo ante as soluções encontradas. Permitindo que no tempo outras soluções sejam apresentadas quando estes mesmos problemas forem retomados.

O filósofo em sua busca aproximativa da sabedoria, do conhecimento, da verdade ou até mesmo da felicidade se serve do pensamento racional para tentar captar no mundo os acontecimentos e problematizá-los, elaborando-os conceitualmente para que possa então dar sentido ao mundo que habita, a sociedade em que se desenvolve como ser humano e social, para dar conta de sua própria vida³. Podemos então deduzir que não se nasce filósofo, mas torna-se um, mas este tornar-se não é uma exclusividade elitista e excludente, como que reservada para poucos. Pelo contrário percebemos que todos podem ser filósofos, a filosofia não está reservada aos professores de filosofia. Obviamente, ela se realiza em todo aquele que se permite e se interessa por estas criações na ordem dos conceitos, a elaboração conceitual.

O que importa é tirar do filósofo o direito à reflexão “sobre”, o filósofo é criador, não reflexivo (DELEUZE, 1992, p. 156). Gallo nos auxilia a discutir de um certo modo as características do filósofo em sua prática. Pensando o não pensado, mesmo que a partir do pensamento de outros (planos de imanência já estabelecidos); se distanciando das opiniões, para delas estabelecer uma crítica; renunciando a fama barata, aos desejos imediatos do mercado e ao poder não importa a qual preço; fabricando seus intercessores, na solidão de sua interioridade, dependente dos encontros com os acontecimentos, que permitem sua intervenção no mundo, eis então a figura do filósofo produtor de conceitos, enfrentando suas lutas e batalhas, reagindo a sociedade ao seu tempo, filosofando e possibilitando o filosofar.

³ Citando Nietzsche, Gallo (2012, p. 155) afirma que o filósofo é aquele ser que se esconde da fama, das farras, que para além de seu cotidiano, procura pensar o ainda não pensado.

2.2. O ensino da filosofia

Apesar das dificuldades nos últimos decênios para a permanência da filosofia nos currículos escolares brasileiros, sua importância social e formativa é praticamente um consenso. No entanto, a existência curricular da filosofia mostra-se desafiadora, para a escola, pois o ensino de filosofia pode se constituir como um ensino altamente crítico que exige argumentação do seu entorno, quando questionados. O aluno durante as aulas de filosofia precisa ter uma outra relação com o saber, exige uma outra organização do espaço da sala de aula e uma outra relação com o professor, com os colegas e com os materiais didáticos. E enfim é desafiadora para o filósofo em sala de aula, pois exige do mesmo uma posição diante da filosofia, seu plano de imanência. É importante que ele, professor, além de ter uma própria definição do que é filosofia e do processo do filosofar seja capaz de adotar uma perspectiva filosófica que lhe permita a si e aos alunos filosofarem. Uma perspectiva coerente com o trabalho pedagógico que será desenvolvido em sala de aula. Mesmo que escolha um campo conceitual, ou uma área do conhecimento que lhe permita o desenvolvimento conceitual, ele deve ser capaz de garantir a diversidade das concepções filosóficas que permitam aos alunos também constituírem seus planos de imanência.

Na perspectiva da emancipação intelectual daquele que aprende, um percurso filosófico que anule a multiplicidade da filosofia, não gera autonomia, mas sim embrutecimento. Até porque como se viu anteriormente, as aprendizagens criam suas rotas de fuga, frequentemente ela escapa do controle, instaurando múltiplas possibilidades. Aprender filosofia é processual, envolve um percurso do pensamento. Uma atividade de criação conceitual que problematiza os acontecimentos. Ensinar filosofia é também aprender filosofia. Filosofamos ao ensinar filosofia.

Em suma, ensinar filosofia é um apelo à diversidade, ao perspectivismo que anunciava Nietzsche; é um exercício de acesso a questões fundamentais para a existência humana; é um exercício de abertura ao risco, de busca da criatividade, de um pensamento sempre fresco; é um exercício da pergunta e da desconfiança da resposta fácil. Quem não estiver disposto a tais exercícios, dificilmente encontrará prazer e êxito na aventura que é ensinar filosofia, e também aprender. (GALLO, 2012, p. 45)

2.2.1. Aula – oficina: a pedagogia do conceito

Se como foi dito anteriormente deve-se desconfiar de métodos que se afirmam eficazes na aprendizagem, devido as peculiaridades do ato de aprender, da singularidade da aprendizagem. Será apresentada uma concepção de ensino de filosofia, que se harmoniza com os conceitos até aqui abordados, de filosofia como uma prática de elaboração de conceitos. Defende-se uma visão do ensino de filosofia que preserva este aspecto do dinamismo do pensamento e permite a emancipação intelectual do aluno. O ensino de filosofia deve pensar a aula como uma oficina, um lugar de atividades práticas. Um laboratório (GALLO, 2012, p. 93). Um lugar para experimentar a elaboração de conceitos, cuja atividade prática é filosofar, conceituar, exercitar e provocar o interesse do pensamento. Ao problematizar e captar os acontecimentos do mundo e da vida particular de cada um que ali se encontre. Mediado pela filosofia e pelo professor. Um aprendizado em torno de um ato criativo e com significado para aquele que aprende. O professor como um intercessor ao modo de Deleuze que possibilite a criação, ampliando o horizonte conceitual e cultural dos alunos. Este professor que por meio de uma pedagogia do conceito, saiba colocar o problema para que o conceito possa ser elaborado, que procura motivar o pensamento. Que compreenda o processo do filosofar para ser capaz de fazê-lo e permitir aos outros executá-lo.

Para cumprir este objetivo, a aula de filosofia pode ser organizada como uma “oficina de conceitos”. Se a metodologia de trabalho se dará utilizando as ferramentas do diálogo, do debate, da reflexão etc. é uma discussão posterior; o fundamental é que a aula garanta o contato dos jovens com o instrumental conceitual. Chegamos aqui a questão crucial: esse contato com o instrumental dos conceitos significa que cada aluno precisará de fato, construir, criar conceitos? Ou em outras palavras: cada aluno deverá ser um filósofo, na aula de filosofia? Em certa medida pensamos que sim. (ASPIS, 2009, p. 99)

A pedagogia do conceito como proposto por Gallo se realiza na sala de aula quando a cada encontro o professor/filósofo instaura a oficina de conceitos. Nesta oficina a aula se estrutura em 4 momentos didáticos: *sensibilização*; *problematização*; *investigação e conceituação*. A *sensibilização* é a etapa em que se busca atrair e provocar o interesse do aluno pelo tema abordado, para que ele comece a problematizar o assunto, o absorvam e queiram trabalhá-lo conceitualmente. Nesta etapa do processo de ensino, geralmente, se utiliza de elementos não filosóficos: quadros, grafites, vídeos, músicas, tirinhas, elementos tirados frequentemente da arte, afectos e perceptos, no vocabulário de Deleuze que possam realmente afetar, sensibilizar o aluno. A etapa seguinte é a *problematização* onde o tema será transformado

ou percebido como um problema, é o momento dos questionamentos, das interrogações, da busca do sentido crítico de algo, do acontecimento captado pelo problema que suscite. É a etapa onde o professor questiona as certezas, indaga as verdades estabelecidas, incita a um outro olhar.

Posteriormente passa-se a *investigação*, investiga-se as possibilidades de respostas. Sair da angustia das perguntas e querer abordar as soluções possíveis dos problemas suscitados, aqui é a etapa onde mais fortemente se instaura a tradição filosófica do texto e da história da filosofia. Duas referências cruciais deste processo. É no contato direto com o texto filosófico, sua leitura, sua problematização, que o acontecimento, tão importante no pensamento de Deleuze, pode ocorrer. Naquele momento em que o texto desperta para algo até então não ainda percebido ou responde a algo antes questionado, o texto filosófico é um grande intercessor deste momento. Mesmo que diante das dificuldades de leitura frequentemente percebidas no aluno, não se pode renunciar a este patrimônio da filosofia, suas obras literárias. O texto expressa o pensamento do autor, onde privilegiadamente a filosofia se realiza. Assim não é o pensamento do professor que se instaura como único, ou verdadeiro, mas outros pensamentos que permitem aos alunos diferentes leituras, novos questionamentos.

A última etapa é a da *conceituação* propriamente dita, na qual o movimento do pensamento, se instaura como movimento filosófico, criativo, conceitual. Mas ele não surge do vazio, é a reelaboração das soluções buscadas e encontradas nas etapas anteriores, é onde o filosofar se encontra com argumentação a necessidade de clareza e de comunicação, pois nesta etapa se avalia o resultado do processo, geralmente por meio da produção de textos, mesmo que curtos, mas de autoria dos próprios alunos que expressam e verbalizam como elaboraram conceitualmente as soluções discutidas.

Na oficina que se tornam a aula nessa dimensão cada aluno procurará então, manejando essas diferentes ferramentas, recriar conceitos ou mesmo criar novos conceitos que possam iluminar o problema colocado. Produzir o acontecimento, através dessa experiência, dessa aventura do pensamento, criando conceitos que sejam importantes, interessantes e instigantes pelo menos para aqueles que ali estão: nisso consistirá a aula de filosofia como atividade de criação conceitual. (ASPIS, 2009, p. 108)

3. DEMOCRACIA EM TOCQUEVILLE

Neste capítulo serão expostos os conceitos centrais na obra de Tocqueville para se discutir a sociedade democrática. A saber: democracia; mobilidade social; igualdade de condições; igualdade; liberdade; o gênero humano, surgido em meio aos valores democráticos; o individualismo; o despotismo; a tirania da maioria. Estes últimos como um paradoxo dentro das democracias que produz seus próprios “inimigos”. Nesta etapa Hobbes e Mills são autores que dão suporte a certos momentos do texto.

3.1. A questão democrática

A democracia como possibilidade de um modo de viver coletivo surge entre os gregos, especificamente entre os atenienses como o resultado de uma luta por espaço de participação no poder de gerir a vida na cidade, polis, por meio da representação e deliberação diretas, onde através de um sorteio, os cidadãos-homens maiores de 21 anos, livres, ou seja, não escravos de um senhor, filhos de pai e mãe atenienses, participavam das decisões sobre a vida política de todos os habitantes da cidade. Esta forma política de organização da vida pública introduz de forma definitiva dois elementos que se associaram muito fortemente ao termo democracia: a liberdade e a igualdade.

Visto que a liberdade do exercício público do poder manifesta a liberdade por si mesma, ser livre e participar da vida política tornam-se sinônimos. E todos que são livres participam do poder. A liberdade como um solo comum entre os cidadãos é o elemento central da igualdade, da isonomia, liberdade de fala e de participação, com igual importância das falas e da participação. Mesmo que toda esta estrutura estivesse organizada em uma sociedade vista por nós hoje como altamente excludente, sem a participação das mulheres, e dos estrangeiros, o que gera o questionamento sobre a igualdade e a liberdade nas sociedades gregas. Além, obviamente, o escravo ser sequer percebido como humano.

Posteriormente, incorporado ao mundo romano a civilização grega viverá outros modelos de poder, mas a permanência da experiência democrática muito além até do espaço ocidental não nos revela de imediato seu valor ou pertinência. Mesmo ela ganhará novos contornos ao longo do tempo conforme novos atores ou grupos sociais, nomeadamente a burguesia, passam a lutar por acesso ao poder em meio a sociedades fortemente hierarquizadas e por consequência excludente.

Ao longo da modernidade foram se gestando idealmente novos modelos democráticos que pudessem dar vazão aos ideais que orientavam estes grupos sociais, assim em dois momentos próximos no tempo vão nos apresentar modelos de vida democráticos que tornara de forma definitiva a democracia como um horizonte de possibilidades da existência: a Revolução francesa e A (Revolução ou) Independência das 13 colônias da América. Com elas reforçam-se as discussões que parecem sempre acompanhar a questão democrática, a liberdade e a igualdade, assim como questões ligadas a representação, a participação e a deliberação.

Longe de buscar conceituar democracia este trabalho apresenta a democracia como um projeto em construção e não como um modelo sócio-político pronto para ser reproduzido pela sociedade ou por gestores que façam uma espécie de opção democrática, onde ela surgiria pela realização de um protocolo de ações consideradas democráticas. A democracia é compreendida como um modo de viver coletivo. Acolhedor o suficiente para abarcar diferentes modos individuais de existir. É construído socialmente por indivíduos que agem democraticamente em suas vidas. Como afirma Nunes da Costa:

[...] a democracia não é um objeto de conhecimento, mas sim uma tarefa da razão prática; democracia não tem essência ou “núcleo”, em vez disso, este conceito permite múltiplas instanciações. [...] a única definição que concebi como possível foi “democracia enquanto crise”. Mostrei como “crise” articula as duas condições necessárias de pluralismo e diferença, desvelando o trabalho constante que a vida democrática requer. [...] as crises na democracia não são algo acidental [...] nem “problemas” a ser consertados. [...] democracia só é democracia se e enquanto mantiver as condições de possibilidade para diferenças, pluralismo, oposição e resistência sem objetivar nenhuma das forças ou sem erradicar “outros” (NUNES DA COSTA, 2017, p. 37)

Nesta perspectiva de democracia como plural, que não elimina a diferença e aceita o dissenso, e que se constitui como fundamental na luta contra o pensamento único e as opiniões pouco refletidas sempre em busca de um consenso, muito presentes nas sociedades contemporâneas, nos propomos a avaliar virtudes e vícios nas sociedades democráticas percebidas por Tocqueville e exposto em sua obra *A democracia na América*.

A leitura pelos alunos do ensino médio de diferentes partes deste texto é um ótimo momento para se discutir a construção de um projeto democrático, do comportamento de um modo de vida democrático, pois o autor não se limita a expor uma defesa árdua do seu projeto; ele também aponta os limites de certas ações que ao invés de reforçar, podem contribuir negativamente nos distanciando da tarefa de manutenção da democracia. Pois como visto acima a democracia é percebida como uma prática, ou seja, não está pronta como um produto de

consumo a ser adquirido. Este esforço de construção permanente na democracia é algo que deve ser problematizado em sala de aula, para melhor conceituar esta mesma prática. Assim apresentam-se alguns conceitos centrais na obra citada que auxiliam neste processo, a saber: democracia; igualdade; liberdade; individualismo; a tirania da maioria; a vida associativa; o poder da opinião pública. Se propõe a explorar uma antropologia democrática a partir da noção do indivíduo e do gênero humano para posteriormente discutir a questão democrática na sala de aula, onde as camadas do conceito de democracia e dos modelos democráticos serão trabalhadas e serão melhor abordados os conceitos de participação, representação e deliberação e pôr fim a construção de um projeto de sociedade democrático a partir da sala de aula.

3.1.1. A democracia em Tocqueville

O termo democracia em Tocqueville é polissêmico, seu sentido é aos poucos construído ao longo do texto. Percebido como um resultado ou consequente a um conjunto de ações humanas específicas. De início não designa um regime político, mas um estado social, que consideramos um conceito dentro da obra de Tocqueville.

O estado social é, ordinariamente, o resultado de um fato, ou as vezes das leis, ou, mais frequentemente ainda, dessas duas causas reunidas. Mas uma vez que ele existe, podemos considera-lo como a causa primeira da maioria das leis, dos costumes e das ideias que regem a conduta das nações; o que ele não produz, modifica.

Para conhecer a legislação e os costumes de um povo, é necessário, portanto, iniciar o estudo por seu estado social. [...] O estado social dos americanos é eminentemente democrático. Teve esse caráter desde o nascimento das colônias e o tem mais ainda em nossos dias. (TOCQUEVILLE, 2019, p.64)

Observa-se em Tocqueville uma recusa em pensar uma única causa para o estado designado, assim como não faz de início comparações que sustentem as mudanças operadas ao definir o estado social democrático como condição, um estado em que se encontram as condições materiais e intelectuais de um povo em um determinado momento, uma realidade que se apresenta como única, singular e complexa ao mesmo tempo um fato gerador de outros fatos, pois o que ele não produz ele modifica, ou seja ele penetra nas ações humanas se impregna gerando um outro comportamento, uma outra natureza.

A democracia como um estado social é compreendida por sua diferença com a sociedade aristocrática, oposto mesmo da aristocracia, de um sistema de ordens pré-estabelecidos nas relações sociais, jurídicas, políticas e econômicas entre os indivíduos na sociedade. A

aristocracia lembra a imobilidade social, a sociedade de estamentos, onde cada ser humano não é pensado fora de seu grupo de nascimento e que é o próprio nascimento que determinará as condições de existência. Diferente das sociedades contemporâneas onde os aparatos econômicos são usados para designar o que as pessoas são e suas possibilidades futuras. Na aristocracia é o nascimento que determina o ser de cada um. O primado da democracia é então a mobilidade social ligado ao movimento de igualdade de condições, ideia que rompe com a estrutura central, que solapa o pilar fundamental das sociedades aristocráticas. Nas sociedades democráticas os indivíduos juridicamente iguais, se pensam, se imaginam potencialmente, intelectual e economicamente iguais, gerando novas perspectivas de vida, outros desejos e renovadas esperanças pois a mobilidade social afeta o indivíduo e a coletividade em todos os seus aspectos. Liberados do peso imposto pelas condições de nascimento passa-se a explorar novas possibilidades de produzir a vida individual e social, o que se transfere para as gerações futuras.

Entre os novos objetos que atraíram minha atenção durante minha estadia nos Estados Unidos, nenhum atingiu mais vivamente meu olhar que a igualdade de condições. Descobri facilmente a influência prodigiosa que esse fato fundamental exerce sobre o funcionamento da sociedade; ele confere ao espírito público uma certa direção, um certo teor às leis, novas doutrinas aos governantes, e hábitos particulares aos governados. (TOCQUEVILLE, 2019 p. 13)

E tal fato é tão significativo que o autor apresenta a imagem de uma cadeia de correntes que se rompe e separa por uma ruptura brusca a trama do tempo e apaga os vestígios das gerações. Esta ruptura é uma das características fundamentais do estado social democrático que não pode ser pensado sem a questão da mobilidade social e da igualdade de condições, com os quais a democracia se torna irresistível aos homens oriundos de uma sociedade de ordens e que pensam outra forma de organizar a vida. No entanto a ruptura acima descrita possui características que se constituem como obstáculos a vida democrática. Tocqueville aponta que esta ruptura com a trama do tempo promove um apagamento das tradições e instaura um primado do presente, um regime temporal cuja a inquietude provocada pela preocupação com o presente e o gosto pelo bem estar associados ao individualismo geram relações sociais mais fluidas e frágeis, pois preocupado consigo mesmo e mergulhado na satisfação dos próprios desejos, o indivíduo democrático se isola ao mesmo tempo em que está imerso em uma massa de seres similares com desejos similares, tendendo ao conformismo, a apatia social, isolado em suas preocupações ele abandona a esfera pública, inquieto e com uma agitação febril na busca

de satisfação imediata dos seus desejos, sem vínculo com a autoridade da tradição e do passado, ganha o indivíduo mas perde o cidadão, que então passa acreditar em soluções individuais para problemas públicos e coletivos, pois acredita na própria potência da sua individualidade.

Ademais, há nas sociedades democráticas uma agitação sem objetivo preciso; nelas reina uma espécie de febre permanente que se transforma em inovação de todo tipo; e as inovações são quase sempre dispendiosas. (TOCQUEVILLE, 2019, p. 277)

É preciso então construir uma atitude outra que apoie o indivíduo na sua originalidade e grandeza e ao mesmo tempo limitar o seu isolamento e motivá-lo a preocupar-se com a esfera pública. Tocqueville nos aponta então a educação e de uma forma ambígua a religião como meios de reduzir os impactos negativos que o isolamento do indivíduo confiante em sua potência pode causar. Nas sociedades onde a educação e a liberdade são filhas da moral e da religião formam para si mesmas doutrinas e hábitos que permitem aos homens fazer melhores escolhas (TOCQUEVILLE, 2019, p.265). Retoma-se, então, um sentido para a democracia em Tocqueville como um estado social, ou seja, construção humana que resulta de diferentes práticas e que se fundamenta na mobilidade social que implica liberdade de ação e na igualdade de condições. Aponta-se também que o autor sinaliza obstáculos ao pleno desenvolvimento deste estado social. Cada um dos elementos expostos será analisado num esforço de melhor compreensão do sentido da democracia.

3.2. A mobilidade social e a igualdade de condições

Um dos fundamentos da sociedade democrática é a mobilidade social, que alimenta nos homens a esperança de realização de infinitas possibilidades. Movidos pela ambição pessoal, de ganho, poder ou lucro ou por uma crença na potencialidade humana os homens se lançam a romper padrões e a criar o novo, pois ao mesmo tempo em que não está limitado as precedências sociais, aos privilégios e garantias e impedimentos típicos do pertencimento a um grupo definido pelo nascimento. O homem democrático muda constantemente de classe, de atividade, de lugar, mas ao mesmo tempo permanece incerto de sua posição, visto que não há garantias de permanência em uma mesma posição ou estado. Inquieto cheio de dúvidas e de vontades, desejoso em adquirir, insatisfeito com o que tem, temeroso em perder o que já possui, ansioso e improdutivo, ao mesmo tempo acompanha com sentimentos ambíguos ante a mobilidade de cada geração. Sem as garantias da tradição, ou da sociedade aristocrática, ele vê surgir um novo

povo, uma outra sociedade. A pura e simples mobilidade social por motivar e estimular os desejos mais secretos do ser humano pode ser uma patologia social, gerando uma reclusão em si mesmo alimentando o individualismo e um presente imediato e ansioso. Mas a mobilidade social preenchida pela igualdade de condições é capaz de gerar outros frutos.

3.2.1. A mobilidade social é o sentido fundamental da igualdade

A mobilidade social é o sentido fundamental da igualdade, percebida principalmente como igualdade de condições. A igualdade que não é apenas jurídica, mas nascida da percepção do outro como um igual a si, que tem as mesmas condições de existência. Neste sentido não se fala de condições materiais pelo contrário, por mais significativo que isto seja a igualdade de condições só pode existir de fato por um reconhecimento do outro como um ser igual. Por um olhar para o outro que reconhece ao mesmo tempo sua humanidade, suas fragilidades e limitações assim como suas potencialidades. Um olhar que não aponte superioridade ou inferioridade do outro, mas que afirme sua igual condição de existência. Fato que não poderia ocorrer na sociedade aristocrática. Com sua condição estrutural de desigualdade, de diferenciação, onde só há simpatia e até reconhecimento e respeito entre semelhantes. No modelo aristocrático o semelhante é o igual, ou seja, o membro do grupo social que tal como aponta Tocqueville ao falar de um cronista medieval, que conta o fim trágico de um nobre narrando suas dores infinitas e brevemente, de um só fôlego retrata o massacre do povo. O nobre é percebido como um igual. Suas dores e sofrimentos são sentidas empaticamente e com reciprocidade pelo cronista. Mas o povo, não. Distantes socialmente, o cronista não identifica as dores e sofrimentos do povo, do grupo social que ele não pertence. Daí a brevidade com que retrata o massacre do povo

São as práticas do estado social aristocrático que não reconhecem o povo, não identificam seus sofrimentos, suas necessidades, sua miserabilidade e também pode-se afirmar, o seu poder e sua potência, suas capacidades. Somente quando o vínculo feudal de vassalagem e suserania se rompem é que o povo se organiza como povo distinto e igual entre si e ao mesmo tempo assim que a igual condição passa a ser construída como um valor seguro que nutrirá as condições de formação do estado social democrático. A importância da igualdade de condições não foi dada ou reconhecida de imediato. No entanto fora gestada na própria sociedade aristocrática por meio de pequenas, mas significativas mudanças. As cruzadas que ao dizimar os nobres forçam uma redistribuição fundiária, pilar do poder da nobreza. Surgem na França as comunas que ao subdividir o território, cria identidades e vínculos locais específicos e gera uma

liberdade democrática no seio da monarquia feudal; as armas de fogo que dão acesso de defesa à todos; a tipografia que expande a possibilidade de circulação de saberes trazendo informação e conhecimento; o correio que facilita a comunicação e a informação de forma indistinta, ao prestar o mesmo serviço à todos; o protestantismo sustentando a igualdade de todos para a salvação eterna e o novo mundo recém descoberto se abre à ambição do aventureiro com promessas concretas de riqueza e poder. Todos estes fatores somados constituem um estado de coisas que de forma inexorável ruíam as estruturas mais sólidas do modo de viver aristocrático instaurando para além do controle dos poderosos, mudanças que direcionam a sociedade para outros valores que alimentam a igualdade de condições e a mobilidade social.

Desde que o trabalho da inteligência se transforma em fonte de força e de riqueza, cada desenvolvimento da ciência, cada novo conhecimento, cada ideia nova tornou-se como que um germe do poder posto ao alcance do povo [...], todos esses dons que o céu distribui ao acaso fizeram-se aproveitar pela democracia e, mesmo quando se encontra na posse de seus adversários, serviram à sua causa pondo em relevo a grandeza natural do homem; suas conquistas se estenderam com as da civilização e das luzes, e a literatura foi um arsenal aberto à todos, na qual os fracos e pobres iam todos os dias procurar armas (TOCQUEVILLE, 2019, p.15)

A igualdade de acesso aos bens imateriais produzidos pela sociedade reforça as capacidades individuais humanas e amplificam seus desejos de mudanças, tendo na leitura, no acesso ao conhecimento vindo com a tipografia que espalha pela sociedade ideias que até então estavam restritas à um pequeno círculo de leitores, é um exemplo do poder que a igualdade de condições exerce nas sociedades. E assim o povo pode se reconhecer como povo, distinto da condição imposta pela sociedade aristocrática. No entanto, iguais entre si, quando passam a pensar e a sentir, a perceber o mundo de modo muito próximo. Diferentemente do cronista medieval citado, quando as classes sociais de um povo se tornam quase iguais pode-se reconhecer o outro como igual a si, reconhecer suas alegrias e misérias como se reconhece as suas. Pode-se avaliar num rápido olhar as sensações de todos os outros, não há situação humana que lhe seja alheia, sua condição humana se reconhece como igual e ao invés de uma indiferença por não se perceber como semelhante, ele sofre com o sofrimento do outro pois é capaz de se imaginar na mesma situação. É uma experiência pessoal que não lhe é estranha e que pode ser algo de pessoal na própria percepção do outro.

Quando se considera como membro de uma mesma humanidade, pertencentes ao mesmo povo, as aflições da humanidade lhe afetam, mas demonstram uma grande compaixão pela humanidade mesmo que se dediquem raramente uns aos outros. O reconhecimento do outro

como semelhante entendido não apenas o seu semelhante imediato, do mesmo grupo social, mas no sentido de humanidade como semelhante, o reconhecimento da igualdade da condição humana gera novas relações no estado social democrático, ao se mostrar mais compassivo pelos sofrimentos dos outros as leis tomam um novo direcionamento, as ações humanas passam a ter um outro sentido, os projetos sociais um outro significado, a percepção das carências do outro como algo próximo de si, mesmo que não sejam as mesmas, pode-se imaginar na mesma condição. Compreende-se as necessidades deles como suas. As lutas tão válidas como as suas, tão importantes quanto. Muda-se o direito, onde a justiça se instaura de fato não como uma vingança.

A igualdade de condições, enquanto faz com que os homens sintam sua independência, mostra-lhes sua fraqueza; eles são livres, mas estão expostos a inumeráveis acidentes, e a experiência não tarda em lhes ensinar que embora habitualmente não precisem de socorro alheio, chega sempre um momento em que não pode dispensá-lo (TOCQUEVILLE, 2019, p. 671)

Quanto mais valiosa se torna para os homens a igualdade de condições mais os mesmos passam a se obrigar a mantê-la, a lutar para que ela se realize, pois reconhecem nela um valor fundamental para a própria condição humana, e tal igualdade só pode existir efetivamente em um estado social democrático. A luta pela igualdade de condições, e pela real mobilidade social é também uma luta pela democracia, onde as diferenças de nascimento, habilidades, capacidades, interesses e gostos não são excludentes, são no entanto percebidas como simplesmente humanas, iguais em sua humana condição, onde o acesso aos bens imateriais não podem ser negligenciados, diante das inúmeras carências materiais que o estado social apresenta, revelador que nem a igualdade de condições, nem uma real mobilidade social se fazem presentes. Reforçando a ideia anteriormente exposta por Tocqueville da literatura como um arsenal, a implementação efetiva da igualdade de condições na sociedade passa pela cultura e pela educação. Somente por meio do conhecimento e o questionamento de como a sociedade se estrutura é que se pode querer alterá-la. Potencializando a vida de indivíduos que buscam melhorar suas condições de vida. O conhecimento e a cultura são meios para a alteridade se efetivar no reconhecimento do outro e valorizando suas necessidades.

3.2.2. A perfectibilidade humana

Conforme a mobilidade social avança as diferenças de classes tendem a desaparecer, os homens então misturam-se confusamente, os antigos modos como cada grupo operava socialmente se chocam pondo em desuso práticas, valores, hábitos, tradições. Novos eventos ao surgirem constantemente tornam as referências confusas. Como quando atualmente os avanços tecnológicos e de comunicação fazem os homens admirarem-se das novidades cotidianamente noticiadas, surgem novos modos de agir sobre o mundo circundante e isto alimenta no espírito humano uma profunda ideia de igualdade, percebida além da igualdade de condições. Os homens se acreditam capazes de um aperfeiçoamento de si e da própria espécie. Não que a ideia e a busca pela perfeição não estivessem presentes no espírito humano há muito tempo. Pode-se até afirmar que a saída, na Pré-história, das cavernas e savanas africanas rumo a outros espaços movidos também por um desejo ou vislumbre de poder aperfeiçoar-se. Mesmo o mundo aristocrático não negava esta possibilidade, mas diferentemente do estado democrático, não concebiam a mudança da ordem social. As condições sócias podiam melhorar, aperfeiçoar, no entanto não poderiam ser outra. Então mudanças contínuas se passam a olhos vistos, nas vidas individuais e na sociedade como um todo. O bom resultado obtidos por uns alimenta a ideia de perfectibilidade infinita.

É inflamado, pelos sucessos que obteve, a persegui-lo sem descanso. Assim sempre buscando, caindo, recuperando-se, frequentemente decepcionado, nunca desencorajado, o homem se volta incessantemente a essa grandeza imensa que entrevê confusamente ao fim da longa vereda que a humanidade deve ainda percorrer (TOCQUEVILLE, 2019, p. 527).

Esta ideia de que se pode aperfeiçoar-se indefinidamente se encontra até mesmo entre aquelas pessoas mais práticas que se ocupam mais em agir e jamais em pensar como conta Tocqueville sobre o marinheiro questionado acerca da durabilidade do navio e que confiante nos avanços da navegação acredita que o navio em alguns anos ficaria inútil. Assim as possibilidades de mudanças das condições de vida, a mobilidade social, a ideia de um aperfeiçoamento indefinido, de uma perfectibilidade dos indivíduos expressos nos resultados de suas ações e a igualdade de condições despertam nos homens novas emoções entre elas uma paixão pela própria igualdade. Tocqueville indica que nas sociedades democráticas os homens desenvolvem um gosto pela liberdade e mais ainda, uma paixão pela igualdade. “O gosto que os homens têm pela liberdade e a paixão que sentem pela igualdade são, com efeito, duas coisas distintas, e não receio acrescentar que, nos povos democráticos, são duas coisas desiguais

(TOCQUEVILLE, 2019, p.588) ”. Para mostrar pela diferença de sentimentos, a intensidade com que os homens valorizam a igualdade. Visto que a liberdade política demora em dar frutos perceptíveis no cotidiano, a igualdade não tarda em apontar seus benefícios, que são vividos no presente, mesmo que a custo de confundir os homens suas reais necessidades, que passam a crer em sua durabilidade e por recusa ao retorno de uma sociedade de ordens, aristocrática, aderem a esta paixão.

Mesmo que não percebam o fundamento da garantia que uma real igualdade se dê por meio de uma efetiva liberdade. Somente quando inteiramente livres pode-se ser absolutamente igual, é a condição de livres que iguala os homens e é nesta igualdade que reside uma durabilidade no tempo, por resultar de um esforço político para mantê-la. Tocqueville ainda aponta a intensidade de apego a igualdade faz os homens suportarem grandes sacrifícios para mantê-la: toleram a pobreza, a escravidão, a barbárie e seriam capazes de desejá-la mesmo que na servidão. Igualdade se não for concebida a partir da liberdade, pode se tornar maléfica ao espírito humano que nunca a atingirá real e profundamente.

Não se deve ocultar que as instituições democráticas desenvolvem em grau muito elevado o sentimento de inveja no coração humano. Não tanto por que oferecem a cada um os meios de se igualar aos outros, mas por que esses meios sempre falham aos que os empregam. As instituições despertam e afagam a paixão pela igualdade sem jamais poder satisfazê-la inteiramente. [...] o povo se inflama desse bem tão mais precioso, [...] A chance de conquistá-lo o comove; a incerteza do sucesso o irrita, ele se agita, se cansa, se amargura (TOCQUEVILLE, 2019, p. 263)

Motivar os homens para desejos mais duradouros, instar um gosto pelo porvir que retire os indivíduos da vontade de permanecer num falso presente contínuo, mostrar que o progresso é fruto de um esforço, individual e coletivo, forçar a ambição a se fixar nas finalidades a serem atingidas antes de alcançá-las, visto que nada se obtém sem esforço e que a riqueza, o renome, o poder são frutos do trabalho, assim pensa Tocqueville, os governos podem agir e em tempos de igualdade e de dúvida podem recuar um pouco as ações humanas.

3.2.3. O gênero humano

No estado social democrático com o surgimento de novas relações sociais e políticas entre os homens baseadas nas igualdades de condições, liberdade e na eleição de seus dirigentes, por exemplo, faz surgir também um novo ser humano que incorpora aos seus costumes uma nova natureza diversa daquela existente nas sociedades aristocráticas. Mesmo não sendo

perfeita a democracia, possui características que distinguem completamente o homem democrático de outros estados sociais. Inicialmente a distinção entre o estado democrático e aristocrático, aponta as vantagens do estado social democrático sobre o espírito público aí reinante e sobre o direito. Em seguida será apresentado como a linguagem e a mentalidade são afetadas pela democracia.

A aristocracia e a democracia são duas humanidades à parte. Na aristocracia as estratificações são obstáculos a homogeneização dos grupos humanos e tendem no seio de uma mesma sociedade, construir humanidades à parte, onde cada grupo possui modos de vida tão distintos uns dos outros que suas visões de mundo se tornam irreconciliáveis, e sua convivência quase insuportáveis. A democracia e sua homogeneização dão consistência e efetividade a ideia de uma única humanidade que se impõe sobre as diferentes esferas políticas, sociais, intelectual, jurídica e moral. Os valores partilhados por todos na sociedade dão força a ideia de uma moral universal, os modos de vida são então menos aristocráticos e mais naturais em conformidade com a ideia de igualdade do gênero humano. Há uma outra noção de justiça que faz evoluir o direito pessoal até a concepção atual de direitos humanos que destrói classificações arbitrárias que se tornam para a sociedade democrática injustas. Por emanar da maioria de todos os cidadãos, representados pelos legisladores oriundos da mesma maioria, as leis tendem ao bem-estar da mesma maioria e jamais teria um interesse contrário a si mesma. Estado social democrático com sua igualdade de condições, sua mobilidade social, a crença na perfectibilidade humana, a liberdade de expressão e suas luzes faz surgir um ser humano outro daquele existente na aristocracia. Ao modificar sua própria natureza pelo valor que dá ao que a sociedade democrática possibilita o homem se torna um promotor destes mesmos valores fazendo-os reproduzir ao se incorporar nos novos seres humanos que surgem a cada nova época na sociedade.

O estado social democrático não é perfeito, sua condição humana, como as obras humanas o impede. Os vícios e as fraquezas da democracia não se ocultam, suas qualidades só são percebidas ao longo do tempo, pois como afirma Tocqueville “ não se descobriu, até hoje, forma política que favorecesse igualmente o desenvolvimento e a prosperidade de todas as classes que compõe a sociedade” (2019, p.261). Eis aí a grande vantagem democrática, servir ao bem da maioria. O que faz com que o ser humano encontre nela os meios para poder dar continuidade a sua existência a tal ponto de se permitir mudar sua natureza, e lutar pela permanência de novos hábitos. Se na aristocracia os homens públicos têm interesses de classe que por mais que as vezes coincidam com os interesses da maioria, com frequência são distintos dos interesses da maioria dos cidadãos e não visam sua felicidade, seu bem-estar. Na

democracia mesmo que a qualidade dos homens públicos seja inferior em capacidade e moralidade se comparados aos seus congêneres dos regimes aristocráticos, mesmo que cometam erros graves seus interesses jamais seriam contrários ou hostis aos interesses da maioria dos concidadãos, pois fazem parte desta mesma maioria e se veem beneficiados pelo mesmo bem público que atinge a todos.

Como cita Tocqueville mesmo tendo dirigentes inábeis ou até mesmo desprezíveis, entre os funcionários públicos dos Estados Unidos não tem interesse de classe a fazer prevalecer, e o funcionamento geral e contínuo do governo é benéfico, pois há uma tendência oculta por detrás das instituições democráticas que faz os homens concorrerem à prosperidade geral e apesar dos vícios e erros humanos, os homens mesmo sem perceber produzem o bem sem tê-lo pensado. É então que se vê presente um espírito público que representa bem esta outra natureza do homem democrático: um amor à pátria que vai além do sentimento por vezes indefinível que os vincula ao solo onde nascem e que pode conduzir a grandes esforços passageiros, mas aquele amor surgido da “compreensão da influência que o país exerce sobre o bem-estar e o seu próprio bem-estar” (TOCQUEVILLE, 2019, p.631), que a legislação lhe permite participar da produção deste bem-estar fazendo com que se interesse pela prosperidade de sua pátria mais do que a utilidade da situação, mas como uma obra sua. Este cidadão se vê como produto e produtor de uma qualidade de condições que deseja tornar perene e neste desejo ele o torna preferível a outros que possam pôr em risco esta situação dada. O homem comum percebe a influência da prosperidade geral sobre a sua a tal ponto de a reconhecer como resultante de sua obra, reconhece que sua ambição pessoal por meio do dever público ou até no orgulho pela pátria o faz trabalhar para o bem do Estado, identificando na fortuna pública a sua própria.

Este interesse pelo destino da nação é um leitmotiv para a participação política, pois diferente do mundo aristocrático onde as distinções e diferenças eram tão intensas que gera dentro de uma sociedade humanidades à parte, nas democracias o exercício da cidadania parece inseparável do exercício dos direitos políticos. Não é apenas um patriotismo irritável como cita Tocqueville, quando analisa o patriotismo dos americanos, mas percebemos na mesma descrição um amor à pátria que também é um amor de si mesmo, de suas capacidades e potencialidades que a pátria lhes possibilita realizar, é a pátria protetora da nossa humanidade. Em uma situação contrária este amor se esvai e a relação com a pátria se altera profundamente, não se percebe e não se produz um bem-estar coletivo, não se reconhece partícipe nem da fortuna comum nem do progresso.

Mas ocorre às vezes na vida dos povos um momento em que os costumes antigos são mudados; os hábitos, destruídos; as crenças, abaladas; o prestígio das lembranças apagado; e em que, no entanto, as luzes permanecem incompletas e os direitos políticos mal assegurados ou restritos. Os homens passam a perceber a pátria como de forma fraca e duvidosa, [...] eles não a veem em lugar algum [...] e se retraem num egoísmo estreito e sem luz. (TOCQUEVILLE 2019, p. 303).

Este egoísmo estreito e sem luz pode levar a renúncia mesmo que velada da participação dos direitos de cidadania e do exercício da vida política e daí destruindo aos poucos os valores e costumes do novo homem nascido com a democracia.

3.2.4. Democracia e direitos

A ideia dos direitos nada mais é que a ideia da virtude introduzida no mundo político
(Tocqueville)

Onde a força é o único vínculo entre os homens não pode haver sociedade, assim como não há povo sem respeito aos direitos nem grandes homens sem virtudes. No centro da vida política ele encontra a moral e com ela os costumes que devem gerir uma vida em sociedade e os hábitos que devem exprimir o homem democrático pois o mesmo é também portador e construtor de valores que o separam do modo de viver e agir em uma estrutura social aristocrática, por exemplo. Aqui a ideia de costumes se apoia na concepção de Hobbes (2004, p. 91) que afirma serem os costumes aquelas qualidades humanas que dizem respeito a uma vida em comum pacífica e harmoniosa. Para este autor como não há um fim último ou um bem supremo, como afirmavam os antigos filósofos morais, a felicidade consiste em um contínuo progresso do desejo, se deslocando de um objeto para outro assim que o primeiro é atingido, sendo a causa disto o desejo no homem de querer aproveitar apenas uma vez e só por um momento, mas quer garantir para sempre os caminhos que conduzem a realização de desejos futuros. Assim os costumes podem ser chamados de ações voluntárias e inclinações nos homens que visam não apenas conseguir, mas também garantir uma vida satisfeita. E nesta busca de uma vida satisfeita a democracia fez descer ao mais simples homem do povo a ideia de ter direitos, sem os quais ele não sabe como e não quer viver sem.

Extraindo de sua experiência de proprietário de um bem para defender, reconhece o direito de propriedade (TOCQUEVILLE, 2019, p. 306) assim se dá com os direitos políticos que o fazem perceber um agente do poder dentro do seu estado de vida, não importa qual ele seja. Nascido com direitos, ele não saberia como é viver sem. Esta agitação sempre rediviva

introduzida no mundo político pela democracia passa para a sociedade civil gerando uma energia, que mesmo em circunstâncias pouco favoráveis é capaz de gerar maravilhas, mesmo que para isto esta energia seja desviada da produção intelectual e moral para produzir o bem-estar e as necessidades da vida material. Nas democracias o objetivo é criar hábitos pacíficos não necessariamente virtudes heroicas, somente em governos democráticos onde as condições estejam igualadas é que se podem objetivar e proporcionar a cada indivíduo o maior bem-estar possível e evitar-lhe ao máximo a miséria. Assim, a noção de um espírito público que não se confunde com um simples patriotismo, mas que resulta da percepção dos indivíduos como membros ativos politicamente e socialmente no estado social democrático que faz o indivíduo perceber como seu o progresso social, mostra como este homem possui uma outra forma de viver sua humanidade, diferente da ordem aristocrática e possível somente na ordem democrática.

3.2.5. A democracia altera a linguagem

As nações democráticas gostam da mudança por si mesma e isto se estende da vida política até a linguagem e é o que Tocqueville observa em *A Democracia na América* quando analisa como a democracia americana modificou a língua inglesa, pois mesmo que não precisassem mudar as palavras as ideias que elas representam expressam novos hábitos e novas necessidades da maioria que se utiliza da língua para suas trocas cotidianas. Se lhes faltam termos novos, eles os emprestam de outras línguas. Reflexo da igualdade presente nas democracias, onde os homens não mais estão segmentados em castas, mas se veem, se comunicam, se misturam assim como as palavras e seus sentidos. Onde a preferência por termos genéricos e abstratos formam o fundo da linguagem permitindo por meio destas palavras expressar a extensão do pensamento frequentemente instáveis, pela própria condição nova da sociedade, tomam as palavras de forma isolada, em sua acepção mais abstratas e a utiliza para todos os fins mesmo quando o discurso não o exige (TOCQUEVILLE, 2019, p. 562).

Nas democracias a igualdade e perda de vínculo com o passado faz com os homens provem um certo desgosto do que é antigo e sua inspiração não se encontra mais atraída apenas pelos frutos da imaginação da antiguidade, a imaginação se ocupa em conceber aquilo que é considerado útil e representa o real, desviando a imaginação de tudo o que é exterior ao homem e voltando o seu olhar fixamente no próprio homem, mesmo que por poucos momentos esta imaginação encontre na natureza uma fonte de inspiração, isto se dá temporariamente, pois o que anima a imaginação é o próprio homem. Nas democracias estão fortemente presentes a

ideia de progresso e de perfectibilidade indefinida da espécie humana gerando um gosto pelos prazeres materiais associada “a ideia do melhor, o agrupamento, o atrativo imediato do sucesso, são como agulhões que precipitam os passos de cada homem na carreira que adotou e que o impedem de escapar dela” (TOCQUEVILLE, 2019, p. 563) são os novos valores que nutrem e exprimem o homem novo da democracia, que dificilmente se ocupa e preocupa com o que passou mas não se demora em pensar o porvir, em sonhar com o que acontecerá, citando os americanos Tocqueville estabelece uma distinção entre a visão europeia e americana, pois enquanto a primeira sonha os grandes espaços e a natureza das Américas o homem americano se imagina no mesmo espaço mas agindo sobre ele, transformando-o, povoando sua solidão e domando sua natureza, são estes os poemas da democracia que a igualdade não destruiu mas tornou vasto e numeroso. Diante de todo exposto, percebe-se que há um gênero humano outro nascido da democracia que pela força de suas ações não modificou apenas as relações entre os homens, suas leis, seus direitos, mas deu a eles novas ambições, novos valores e daí surgem um uso diferente da linguagem e da imaginação.

3.3. A liberdade

Quem procura na liberdade outra coisa que não ela mesma é feito para servir
(Tocqueville)

Podemos considerar que a liberdade seja o valor, o princípio maior em Tocqueville, que ele considera como “o prazer de poder falar, agir, respirar sem constrangimento, sob o único governo de Deus e das leis” (TOCQUEVILLE, 2015, p. 10). Ação de poder e de prazer, sem constrangimentos, mas limitada pelas leis.⁴ O que reafirma a noção de liberdade limitada pela lei, que em uma democracia é expressão da maioria. A liberdade pensa Tocqueville não é correlata de um estado social específico, sequer é uma paixão dominante na democracia, espaço este ocupado pela igualdade. Mas a liberdade impõe às instituições políticas uma reflexão sobre as ações e os comportamentos que ela pode fundar. A liberdade então é concebida como o contrário de um poder social uniforme, sem exterioridade, do conformismo da maioria, do

⁴ Pensamos neste ponto em Hobbes, no capítulo XXI sobre a liberdade dos súditos que aponta que o sentido de liberdade é a ausência de oposição e que quando suamos as palavras livre e liberdade aplicadas a qualquer coisa que não é um corpo, há um abuso de linguagem, pois o que não está sujeito ao movimento não se encontra sujeito a impedimentos sendo que quando o que impede o movimento é parte constituinte da própria coisa, não costumamos dizer que não tem liberdade. Pare ele, então medo e liberdade são compatíveis, pois, “todos os atos praticados pelos homens no Estado, por meio das leis, são ações que seus autores tem a liberdade de não praticar” (HOBBS, 2005, p. 171)

individualismo, do gosto pelo bem-estar apenas material. A liberdade torna-se, então, sinônimo do poder e da potência do indivíduo e do cidadão, e de tudo o que favorece os direitos individuais, a liberdade assim concebida, como liberdade de agir, de responsabilizar-se assume uma conotação intelectual e voluntária que reage diante dos perigos da atomização social e temporal. A liberdade é garantia da manutenção da civilização, ou de uma civilização democrática, que não pode ser pensada sem a liberdade de expressão, por exemplo.

3.3.1. Liberdade, arte exigente

A liberdade é, pode-se dizer uma arte. Arte exigente que demanda uma educação não somente teórica, mas também prática. Não há nada mais difícil que o aprendizado da liberdade, nem algo tão maravilhoso e fecundo do que a arte de ser livre. É necessário conhecer e reconhecer o valor e a importância da liberdade como um bem pessoal e social, é preciso vivenciar a liberdade para poder reconhecer seus benefícios que não são imediatos nem tão perceptíveis como a igualdade presente nas sociedades democráticas. Os benefícios da liberdade se constroem e se dão ao longo do tempo. Onde os hábitos e a experiência se associam a liberdade nos costumes, contrabalançam a tendência da democracia a um certo fatalismo histórico. Visto que em geral neste estado social os vínculos com o passado se romperam a ponto do mesmo não servir como referência para pensar as ações futuras, tendo o homem democrático que extrair do seu presente, geralmente vivido de forma agitada, inquieto, os elementos para pensar o futuro e que nutrem a tendência intelectual da democracia para a abstração e ao conformismo.

Outro ponto contraditório alimentado pela liberdade é o gosto pelo bem-estar material que ela favorece sempre e que concentra os indivíduos na sua busca e manutenção e os isola em um individualismo que o retira dos espaços públicos onde se travam as lutas para a manutenção das liberdades individuais.

[...], nesses tipos de sociedade só a liberdade pode combater eficazmente os vícios que lhe são naturais e detê-los no declive em vão escorregando. Isso por que só ela pode retirar os cidadãos do isolamento no qual a própria independência de sua condição os faz viver, para força-los a se aproximarem uns dos outros; só ela pode aquecê-los e reuni-los diariamente pela necessidade de entenderem-se, persuadirem-se e comprazerem-se na prática de atividade em comum. (TOCQUEVILLE, 2005, p. 10)

É a liberdade que faz os homens substituírem o amor pelo bem-estar material por algo maior que a aquisição de riquezas, permitindo ao entendimento humano julgar os vícios e virtudes que daí decorrem. Tocqueville, como os liberais, liga a prosperidade à paz pública e à liberdade, identificando uma conexão estreita e necessária entre liberdade e indústria e reconhecendo a utilidade da liberdade para geração de riquezas, enxergando nela um instrumento e a garantia de seu bem-estar. Denunciando as crises de despotismo em todos os gêneros ligados à preocupação exclusiva e cega ao bem-estar econômico e a uma ideia limitada de boa ordem. Pois é pela boa ordem que todos os povos chegaram a tirania. Para ele as sociedades democráticas podem ser ricas, sofisticadas, poderosas, cheias de qualidades privadas e de cidadãos estimáveis e religiosos, como no império romano em sua extrema decadência, vivendo na corrupção de costumes e sob os piores governos. Mas não se verá em tais sociedades nem grandes cidadãos nem um grande povo. “ (...) e não hesito em afirmar que o nível geral dos corações e dos espíritos nunca cessará de baixar-se enquanto a igualdade e o despotismo estiverem juntos” (TOCQUEVILLE, 2005, p. 11).

Há, então, o primado da liberdade sobre todas as outras considerações. No seio da liberdade, sobre a liberdade de ação, se encontra a liberdade política, que aparece como fim e não como meio. Pois o pior está no sentimento servil que faz obedecer, pois liberdade não é exclusiva da democracia ela estava presente mesmo no Antigo Regime, nas sociedades aristocráticas também havia liberdade, muito mais até, segundo Tocqueville que a liberdade perceptível nas democracias. Mas era uma liberdade de outra espécie, de outra natureza, era irregular e intermitente, limitada pela extensão do poder de cada classe, cada grupo social e vinculada a ideia de exceção e privilégio e por isso permitia desafiar a lei e até mesmo a arbitrariedade do Estado e das condições de classes, mas quase nunca chegava a fornecer aos cidadãos as garantias mais elementares e necessárias. É esta a condição fundamental das outras liberdades, a liberdade como um puro sinônimo da grandeza do indivíduo e da espécie humana.

Alguns povos perseguem-na obstinadamente através de toda espécie de perigos e misérias. O que amam nela não são os bens materiais que lhes proporciona; consideram-na em si mesma como um bem tão precioso e tão necessário que nenhum outro poderia consolá-lo de sua perda e, desfrutando-a, se consolam de tudo. Outros se cansam dela em meio a prosperidade [...]. O que falta a estes para continuarem livres? O que? O próprio gosto de sê-lo. Não me peçais para experimentá-lo. Ele entra por si mesmo nos grandes corações que Deus preparou para recebê-lo [...]. É inútil tentar explicar às almas medíocres que nunca o sentiram. (TOCQUEVILLE, 2005, p. 151).

3.4. O paradoxo democrático

A igualdade coloca os homens lado a lado, sem um laço comum que os preserve unidos
(Tocqueville)

Mas o estado social democrático pode enfrentar problemas que impõem limites a sua atuação e ameaçam a sua própria existência. Certos aspectos até o momento levantados como característicos do modo de viver e da forma de organização da vida democrática podem também gerar o seu contrário. O valor que é dado ao solo onde se nasce, aquela percepção de ser partícipe do bem-estar coletivo pode gerar um egoísmo nacionalista, e que pode ser por extensão isolacionista; a soberania popular pode tornar-se um dogma que entra em conflito com a própria soberania do gênero humano e a liberdade pode ceder espaço para a decisão da maioria e ao seu poder quase ilimitado de decisão. Diante destes problemas que podem ocorrer nas democracias, frutos de fato da própria ação que surge das novas relações democráticas entre os homens que dão poder ao indivíduo independente do grupo social ao que pertença e se constitui em uma forma de paradoxo da própria democracia. Contra o qual os defensores da democracia devem se manter atentos para apontarem os limites e as consequências negativas destas situações, destes problemas também presentes nas sociedades democráticas.

3.4.1. O individualismo

Um dos principais sintomas do que até aqui aponta-se como um paradoxo democrático é o individualismo. O próprio termo apareceu na língua francesa entre os dois tomos de *A democracia na América*. “Nossos pais não tinham a palavra individualismo, que forjamos para nosso uso, porque no tempo deles de fato não havia indivíduo que não pertencesse a um grupo e que pudesse se considerar absolutamente só. ” (TOCQUEVILLE, 2005, p. 93). Inverso de egoísmo, amor exagerado e apaixonado de si mesmo, o individualismo é um sentimento refletido, visto ser uma escolha do indivíduo e apaziguador. É um erro de juízo, ou seja, um erro de percepção da realidade, que faz o indivíduo fechar-se na vida privada e no círculo familiar e de amigos e abandonar o espaço público; levando a exaurir, visto reduzir os interesses comuns, a fonte das virtudes públicas. O egoísmo se encontra presente em diferentes estruturas sociais e não está vinculado a um período histórico específico, já “o individualismo é de origem democrática e ameaça desenvolver-se à medida que as condições se igualam” (TOCQUEVILLE, 2019, p. 591).

Torna-se característico da sociedade democrática este sentimento que isola os homens dentro de uma mesma sociedade, favorece o despotismo, visto que os homens não compartilham mais interesses comuns apenas se deixam conduzir pelos interesses privados, tornam-se presas fáceis de regimes de exclusão que aparentemente, são protetores e garantidores da proteção e do bem-estar material dos cidadãos. É o individualismo associado ao gosto do gozo dos bens materiais. Se o estado social distancia os homens, é preciso fazer recurso do estado político, para que este os reaproxime. Esta é a perspectiva adotada neste texto apontar os limites do individualismo e uma alternativa para os indivíduos na sociedade democrática. Pois como afirmara Tocqueville, um dos principais objetivos dele quando escrevera *A democracia na América*, era combatê-lo.

O sentimento individualista é construído junto com outros elementos constituintes da sociedade democrática, principalmente no seu papel de oposição ao Estado social aristocrático. Este processo se inicia com a retirada dos homens, nas democracias, de todo sentimento de pertença anterior como tradição, ou classe, que distinguia os indivíduos nas sociedades e lhes dava um passado comum e um futuro praticamente pronto, sem mudanças. Nas democracias a trama do tempo se rompe a todo instante e o vestígio das gerações desaparecem. A democracia rompe a cadeia que separa os anéis.

[...] a democracia faz com que os homens esqueçam seus antepassados, mas lhes esconde seus descendentes e os separa de seus contemporâneos. Ela os arrasta incessantemente para si mesmos e ameaça encerrá-los inteiramente na solidão de seu próprio coração. (TOCQUEVILLE, 2019, p. 593)

Com a igualdade de condições perde-se este futuro construído e ele se torna móvel e incerto, sem a segurança dos grupos ou da tradição. Conforme avança a igualdade nas sociedades, mais os indivíduos se percebem isoladamente se acreditam senhores de seus destinos, sem dever nada a ninguém e de ninguém esperam algo. Tendo a si mesmo como principal preocupação, forjam uma confiança presunçosa em suas próprias capacidades. O que conspira para produzir no indivíduo um sentimento de insignificância, de estar imerso na indiferenciação das massas, inicialmente é um espírito de exclusão e não de individualidade, onde nasce uma ignorância da publicidade extrema que retoma a insignificância do indivíduo e a futilidade do seu modo de vida, favorecendo o despotismo. A indiferença ao destino dos homens se torna um valor, a igualdade passa a favorecer o isolamento entre os homens e este isolamento alimenta o despotismo que atuando no seio do poder passa a reforçar este mesmo isolamento. A agitação da vida privada ocupada pela satisfação de seus desejos e trabalhos, não

restando energia para o lazer e para a vida pública. Temerosos com a desordem material em função da natureza móvel da propriedade e do amor pelo bem-estar. Gera muitas vezes a busca pela tranquilidade pública como única paixão política. Aumentando a distância entre os homens, valorizando como bons cidadãos aqueles que mais se fecham entre si e facilitando o poder de controle sobre os indivíduos.

O despotismo longe de combater esta tendência, torna-a irreprimível, pois tira dos cidadãos qualquer paixão em comum, qualquer necessidade mútua, qualquer ocasião de agirem juntos; por assim dizer, empareda-os na vida privada (TOCQUEVILLE, 2015, p. 10)

A massa busca, então, ocupar-se e preencher o vazio da angústia da insignificância, com pequenos prazeres vulgares, rapidamente associados a um consumismo, vindo na posse de bens materiais, um passaporte para a significância individual. Mas a aquisição e acumulação destes bens são geradoras de temores e desconfortos. Como estão majoritariamente isolados, diluem-se os parâmetros que estabelecem as comparações e não se sabe com exatidão se os bens adquiridos estão ou não adequados ao valor social associados à sua posse. Assim uma vida mais isolada, se traveste de uma vida mais doméstica, caseira, sem trocas e comunicação com ideias, pessoas e valores distintos que podem levar a uma compreensão mais plural da sociedade. Abrindo, como consequência, espaço para um poder imenso e tutelar sobre estes indivíduos fechados sobre si mesmos e distantes do mundo circundante, crédulos em soluções fáceis para problemas socialmente complexos, onde a simples aquisição de um bem não é garantia de nada. E esta atitude não é inconsequente, o abandono não só dos projetos públicos, mas dos espaços físicos e políticos cedem lugar a uma violência que reprime menos do que a impede de nascer. O projeto de autonomia e independência democrática se inverte em menoridade permanente, em indivíduos tutelados, isolados nas próprias visões de mundo. Do individualismo para a tirania da maioria o espaço é muito estreito, e o risco maior é o da ruptura dos vínculos sociais que fecha os homens na vida privada, num eterno presente, sem vínculos com um passado comum e sem reais perspectivas de pensar alternativas para um futuro que se desenhe de modo diverso do presente. Se o individualismo surge como um sentimento de exclusão corre-se o risco de reduzir o indivíduo à insignificância e à futilidade.

O individualismo pode nascer das relações sociais que a vida social democrática tece entre os indivíduos, a vida política, a ação pública comum que pode preservar a dignidade humana. Ao extrair os indivíduos dos seus negócios privados, mostrando os limites da suposta independência, o individualismo e a indiferença geral que nasce do despotismo podem ser

combatidos com instituições livres e com direitos políticos. Tais instituições, que para existirem de modo efetivo como livres, os cidadãos participam ativamente das mesmas. Somente quando o público governa, seus benefícios passam a serem sentidos em todo o tecido social. E os homens mesmo que movidos por uma ambição pessoal, percebem as vantagens pessoais no auxílio e benevolência pública. O que faz com que esqueçam de si e pensem no benefício do auxílio mútuo, por meio destas instituições. A ocorrência de conflitos, calúnias, do uso de meios vergonhosos, durante uma campanha política, por exemplo, podem até provocar o ódio, mas são grandes malefícios passageiros que não destroem o bem público, nem rompe o vínculo entre o interesse privado e o interesse geral.

É a percepção concreta dos resultados dos bens públicos que faz os homens romperem seu instinto de isolamento e a quererem construir vínculo entre si. São os direitos políticos que os fazem lembrar que vivem em sociedade, se de início participam do interesse público por necessidade, vai ser a frequência dos espaços públicos de poder e o progresso do qual se sente beneficiador e beneficiado. O que os fazem querer participar por escolha. Mesmo entre os mais ricos que tendem a se separarem do povo, visto que estes se vinculam aos mais ricos não por favores, mas, mais pelas maneiras como estes atuam. O sacrifício que lhes pedem não é o do dinheiro, mas do orgulho, para que ganhem o gosto e o hábito de servir. Assim o cidadão reconhece que não é o eleito que faz prosperar a democracia, mas sim que ela prospera porque seu cargo é eletivo.

3.4.2. A vida associativa

Outro aspecto importante no combate ao individualismo e por extensão ao despotismo que sempre podem ameaçar a democracia, é a vida associativa. As associações são a marca da democracia americana, é o estofado para a ativa sociedade civil americana. Estes mesmos como descreve Tocqueville aperfeiçoaram a arte de buscar os objetos de desejo comuns. Do progresso das associações civis dependem todas as outras formas de associações. Se é um desejo comum que move os homens para unirem-se na busca de suas realizações coletivas, que terá reflexos na sua vida pessoal, é a quantidade de adesões na busca deste desejo que constrói o poder de uma certa associação. Pois os empreendimentos não estão apenas nas mãos do governo, que geralmente impõe a todos seus interesses e vontades, as associações tiram também dos poderosos particulares, substituindo-os em grandes empreendimentos. Estas associações representam, então o modo como a vida coletiva se mostra mais poderosa que a vida isolada, marca do individualismo e por, em vários momentos ocuparem os espaços que seriam apenas

do governo ou de poderosos particulares, impõe ao despotismo um limite. Os cidadãos não buscam individualmente influenciar as ações do governo, mas encontram na vida associativa uma forma de participar do que consideram importante para a sociedade como um todo.

Do que fora dito anteriormente sobre a vida associativa é que ela permite aos homens um contato e vínculo de interesses que o mundo aristocrático fazia existir entre os membros de um determinado extrato social e cujo pertencimentos se dava pelo nascimento dentro do grupo, excluindo todos os outros. Já nas sociedades democráticas, a igualdade de condições não permite mais a mesma forma de vínculo e pode isolar os homens em seus interesses privados, os distanciando pelo individualismo. Assim a vida associativa é um antídoto contra esta consequência negativa trazida pela igualdade de condições nascida nas democracias.

Outro meio de combater o individualismo e fazer os indivíduos saírem do seu isolamento é o que Tocqueville intuiu entre os americanos em sua nascente democracia e que ele considerava a doutrina do interesse natural (*intérêt bien entendu*). Tinha ele percebido que o interesse individual se tornaria senão o único, mas o principal móvel das ações humanas, e tudo conspira no estado social democrático para a realização dos interesses individuais e para um tipo de *materialisme honnête* como consequência pelo gosto pelo bem-estar material, pelo conforto, pelo individualismo e pelo apagamento de toda forma de vida espiritual. A doutrina do interesse natural, mesmo que muito simples e elementar ela é de fato a mais apropriada e a mais necessária na idade democrática para combater o individualismo que põe em risco toda a sociedade democrática. Mas a consolidação e a expansão do mesmo nos fazem pensar na questão da educação e dos hábitos da liberdade.

3.4.3. O poder da maioria e a opinião pública

Os dois últimos elementos destacados como ameaçadores a própria democracia são: o poder da maioria e a opinião pública. A maioria vive de uma paixão por si mesma, sempre autorreferente ela se apoia no sentimento de insignificância social que a igualdade de condições gera nos indivíduos. A maioria torna-se a autoridade a referência, a fonte de todas as crenças necessárias a todo corpo social. Como um profeta ela anuncia tudo o que é permitido no interesse da sociedade. Impiedosa se apoia nas leis, na religião e nos costumes para exercer seu poder social. Como afirma Hobbes, “a falta de ciência, isto é, a ignorância das causas, predispõe, ou melhor obriga os homens a confiar na opinião e autoridade alheia” (2004, p. 94). O outro da maioria é a opinião pública. Importa notar que a democracia induz a uma mudança importante na natureza do poder, do seu lugar e como ele se manifesta. Com a democracia a ação da

sociedade é por si e sobre si mesma. A potência está em seu interior, como nos casos do poder social da maioria e da opinião pública. A soberania popular é um poder sem exterioridade, as forças estão no interior da sociedade, entre os indivíduos. Como todo poder que requer ao mesmo tempo, potência e controle, exercícios do poder e limitação, o poder democrático se dá sem mediações, sem articulação e aí se encontra o poder da opinião pública, exercendo esta articulação, esta mediação. No entanto isto pode virar a tirania da maioria, que erige um reino sem partilha como no individualismo, a paixão pelo bem-estar, com seu encerramento no presente, uma sociedade que não se vê como participe de uma experiência temporal em comum. Sem um futuro coletivo. Daí a atenção constante à todas as necessidades constitucionais e sociais que reproduzem a mediação e a articulação. Pois quando o poder está associado à liberdade a aposta fundamental é na pluralidade constantemente ameaçada. Um povo democrático não é apenas levado por seus gostos a centralizar o poder; as paixões de todos os seus governantes o empurram sem cessar nesta direção (TOCQUEVILLE, 2019, p.800).

3.5. Plano de aula

E.E. Joaquim Murtinho	Prof. Luciano Magalhães Alves
Disciplina: Filosofia	Série: 3º ano 2º Bimestre Datas: 12; 17; 19; 24/ 06/ 2019
CONTEÚDO: TEMAS POLÍTICOS DA ATUALIDADE	
Temas (propostas do currículo escolar): • Democracia • Cidadania • Sociedade civil organizada	
Habilidades: • Aplicar o conceito de democracia como sendo algo necessário na prática governamental de uma nação, mostrando seus benefícios e manifestações (Currículo escolar).	
• Discutir o conceito de democracia como um projeto a ser realizado. • Identificar os desafios à sociedade democrática segundo Alexis de Tocqueville. • Problematicar as condições da democracia no Brasil. • Ler e discutir coletivamente textos filosóficos. • Expressar verbalmente um ponto de vista elaborado. • Sintetizar por escrito a compreensão pessoal de um conceito.	
AVALIAÇÕES	
• Síntese oral • Dissertação filosófica	
RECURSOS	
• Projetor Proinfo integrado • Vídeo • Quadro • Textos	
METODOLOGIA	
<i>Aula 01</i> Introdução: (10') Solicitar aos alunos quais palavras eles associam à democracia, registrá-las no quadro e perguntar, também, quais desafios se impõem à sociedade democrática. As perguntas visam saber de uma forma mais espontânea quais valores eles associam à vida democrática e o que, segundo os mesmos, podem se apresentar como impedimentos a um projeto de sociedade democrática. Vale ressaltar que o conceito original de democracia fora trabalhado na série anterior e este pode ser o momento de revisão ou informação.	

Problematização: (25')

- 1- Apresentação de um vídeo sobre A democracia na América que aponta alguns elementos da obra de Tocqueville. (3:25')
- 2- Solicitar aos alunos que identifiquem os elementos do vídeo, recapitulando as informações retidas. Revisar as palavras escritas no quadro no início da aula. Suscitar possíveis relações entre as palavras escritas e o conteúdo do vídeo.
- 3- Debate coletivo: discutir junto aos alunos a pertinência e a importância das ideias apresentadas. Introdução à proposta de trabalho por grupos.
- 4- Proposta de atividade: dividir os alunos em grupos, média de seis por grupos, distribuir em cada grupo textos, cada grupo com um tema diferente. O professor circula entre os grupos auxiliando a leitura e a compreensão, motivando os questionamentos.

Atividade avaliativa: (10')

- 1- Solicitar aos alunos uma síntese escrita do decorrer da aula (suas percepções, ideias, e informações retidas).
- 2- Tarefa: Leitura dos textos e respostas às questões propostas como preparação para as atividades da aula posterior.

Aula 02

Avaliação:

- (Avaliação oral) propor aos alunos uma roda de conversa sobre os temas abordados, permitir que elaborem espontaneamente o conceito de democracia, permitindo que reelaborem coletivamente o conceito. Questionar os desafios à sociedade democrática percebidos por Tocqueville e presentes nos textos: O individualismo; A tirania da maioria; O consumismo e o valor que ele atribui à liberdade e a importância da vida associativa. Sinalizar a democracia como um modo de vida, um modo de viver a nossa humanidade, mais que uma forma de gerir a sociedade.
- Solicitar aos alunos que façam uma produção de texto, um artigo de opinião (ensaio) sobre o tema: Os desafios da vida democrática na sociedade brasileira atual. Esta mesma avaliação pode ser feita de forma livre, por meio de desenho, vídeo ou paródia.

FUNDAMENTAÇÃO

O plano de aula proposto se estrutura em concordância com a proposta curricular para o ensino de filosofia da rede pública estadual de ensino. Desta forma, o plano segue a mesma sequência da proposta: conteúdo, habilidades, avaliações, recursos e metodologias.

O plano apresentado elenca um conteúdo para duas aulas, com uma sugestão de atividades para uma sequência didática do terceiro ano do ensino médio no segundo bimestre, cujo tema geral é: Temas de política e ética na atualidade. Neste caso em função da habilidade sugerida optou-se por trabalhar o conceito de democracia a partir dos textos da obra *Da democracia na América*, de Alexis de Tocqueville. Os textos serão apresentados aos alunos, com cópias dos diferentes capítulos onde o autor aponta os problemas enfrentados na construção de uma sociedade democrática, por meio de suas reflexões sobre sua estada na sociedade americana.

Como a habilidade solicita a identificação de problemáticas políticas na atualidade, buscou-se então discutir a relação entre democracia e seus possíveis limites como o individualismo, o que o autor considera como a tirania da maioria, o consumismo refletindo sobre a busca por bens de consumo, assim como o valor da igualdade de condições, a importância da vida associativa, o valor da liberdade. O que permite construir uma problemática em torno da ação e da participação política e da democracia como projeto a ser realizado.

O plano apresentado é para o equivalente a duas aulas dentro de um conjunto que irá problematizar questões políticas e temas de ética na atualidade, principalmente a sociedade local. Dentro de um quadro total de 08 aulas para o referido bimestre, assim optou-se por dois encontros para discutir três dos oito temas sugeridos pela proposta curricular. Esta é a condição do ensino de filosofia na rede pública estadual de ensino, a opção então é pela realidade do professor que com um tempo exíguo busca oferecer aos alunos a possibilidade de uma reflexão filosófica.

A metodologia aplicada se fundamenta na concepção de filosofia como uma potência do pensamento que elabora conceitos. Dentro desta perspectiva se utiliza uma didática inspirada nos escritos de Sílvio Gallo e Renata Lima Aspis sobre a prática de elaboração de conceitos que deve ser o Norte que direciona a aula de filosofia, sobretudo quando proposta aos jovens do ensino médio.

Nesta concepção a aula se torna uma oficina de conceitos, cujas etapas de: sensibilização, problematização, leitura de textos filosóficos e escrita de ensaio filosófico se encontram contemplados.

O que se busca nesta aula é a elaboração pelo aluno de um ou mais conceitos a partir da leitura de um texto que nos permita construir uma problemática filosófica. Assim, em um primeiro momento, o da sensibilização se propõe uma tempestade de ideias, onde os alunos possam livremente exporem o que pensam e sentem. Aliás esta é a tônica do curso permitir a livre expressão para que a partir deste ponto se possa orientar a melhor forma de se expressar. A busca é a elaboração conceitual pelo aluno, o filosofar por ele mesmo, os conceitos e os textos apresentados são sempre um pretexto para pensarem por si. Nesta proposta cabe ao professor garantir um espaço de segurança na sala de aula para que os alunos não temam a expressão oral, nem a confrontação de ideias. Nesta etapa de sensibilização os alunos são levados, motivados a expressarem suas impressões sobre o que percebem. Algumas questões serão direcionadas pelo professor que busca construir um percurso junto aos alunos.

Levantadas as primeiras questões o professor começa a construir a problemática da aula junto aos alunos a partir de um curto vídeo que problematiza a obra de Tocqueville. Terminado o vídeo o professor retoma as etapas e ideias apresentadas relacionando as imagens ou ideias propostas pelos alunos à questão democrática. Passa-se a primeira etapa de leitura filosófica: em pequenos grupos de

6 alunos, se distribui três dos textos propostos. Eles terão um tempo para ler e lhes será solicitado que cada grupo procure indicar em uma frase ou em uma palavra o que compreenderam do texto. Ao se expuserem o professor registra no quadro as respostas dadas e ao mesmo tempo comenta o que foi exposto, tirando dúvidas e as esclarecendo. Nesta etapa os alunos passam a ter um contato com texto e tem uma leitura acompanhada o que permite que tenham mais segurança para se exporem e compreenderem o que estão lendo. No momento da leitura surgem novas questões mesmo de outros grupos o que leva a problematização do conteúdo. Ao final com todas as frases ou palavras anotadas buscamos o conceituar os temas que foram elencados no início da aula. Ao final será solicitado aos alunos uma síntese das atividades da aula, momento de escrita filosófica, onde terão a oportunidade de resinificarem o que foi visto e discutido.

O que nos propomos fazer é uma aula de filosofia centrada na filosofia como experiência do pensamento, problematizando e buscando produzir conceitos sobre um determinado plano de imanência (imagem do pensamento) dos alunos desde a sensibilização ao tema do texto que proporciona uma reflexão sobre uma característica dada da democracia como um projeto em construção, o autor ao questionar isto nos conduz a pensar de outro modo a nosso agir democrático e a rever nossa ideia de sociedade democrática.

O centro da aula é a problematização a partir da sensibilização, motivadora da criação conceitual. Fonte de toda ação pedagógica de toda didática pensada para a mesma. O texto filosófico é o meio. É ele que estabelece a relação entre os alunos e a filosofia, os alunos entre si e entre os mesmos e o professor. Que perfaz com os mesmos por meio de questionamentos um caminho, uma possibilidade de leitura do mesmo texto. Explorando o texto, deixando-os livremente exporem o que entendem sem muito temor do certo ou errado, mas sendo redirecionados por meio de perguntas para melhor compreenderem o que pensaram. Neste plano de aula, os textos para terem o mesmo tamanho e garantir o mesmo tempo de leitura para todos, optou-se pela supressão de alguns trechos do texto original, sem prejuízo de informação aos alunos. Neste caso, quando solicitado pelo aluno envia-se por e-mail o texto na íntegra.

Outro ponto importante, a atividade de síntese que encerra a aula. Esta atividade nos permite registrar, reescrever, reelaborar o que fora visto. É o momento do ensaio filosófico pessoal, o momento oportuno para a elaboração de conceitos, que será complementado, confrontada nas aulas seguintes com outros autores, outros textos dando continuidade ao processo do filosofar. O que fora proposto aqui, além da síntese oral e o ensaio escrito, propõe-se uma avaliação de expressão livre. Pois uma ideia pode ser expressa de muitas formas, um conceito pode ser elaborado e comunicado por meio de uma música, com a comparação com uma letra de outra música num processo de reescrita

e até mesmo para aqueles que encontram no desenho um modo de expressão. O conceito foi elaborado sua expressão pode se dar, em alguns casos de diferentes modos.

O que se busca desenvolver, então, em aula é a concepção de filosofia como uma potência do pensamento, assim percebida por Deleuze, pois acreditamos que desta forma a filosofia se torna ao mesmo tempo processo e produto ao mesmo tempo. Outro autor impactante para esta perspectiva é a obra *O mestre Ignorante*, de Jaques Rancière e sua percepção que existe entre nós uma igualdade fundamental que nos habilita a todos a aprender e é esta visão que nos permite acreditar que o texto filosófico é acessível a todos, sendo ele como anteriormente exposto o centro de nossa aula. Matéria prima para o processo de elaboração de conceitos e meio de nossa igualdade fundamental.

Bibliografia

ASPIS, Renata Lima; GALLO, Sílvio. *Ensinar filosofia: um livro para professores*. São Paulo: Atta Mídia e Educação, 2009.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *O que é filosofia?* Rio de Janeiro: Ed 34, 1992.

RANCIÈRE, Jacques. *O mestre Ignorante – cinco lições sobre a emancipação intelectual*. Belo Horizonte: Artes Médicas, 2001.

TOCQUEVILLE, Alexis de. *Da democracia na América*. Campinas: Vide Editorial, 2019.

3.5.1. Sobre a metodologia do produto

Vale ressaltar que a leitura filosófica aqui indicada é percebida como um meio de promoção da autonomia do indivíduo, como um instrumento que produza conhecimento, não uma forma de estudo que necessite de um professor explicador, que exerce um domínio de conhecimento inibidor de hipóteses, não se trata de aceitar o erro como verdadeiro, mas de permitir a livre expressão e avaliação do que fora elaborado, não é leitura espontânea e superficial, mas coletiva e com um esforço de síntese, de reelaboração conceitual, por meio da leitura do texto que se constrói a compreensão do próprio texto. Acreditamos que deste modo que é também por meio da leitura filosófica de textos filosóficos que o ensino de filosofia se torna experiência de filosofar. Transmite o saber filosófico e a vivência dos problemas como mobilizadores do pensamento. Deste modo a aula é oficina que permite experimentação, saímos da passividade da aula simplesmente expositiva, do falso diálogo do professor que pergunta e responde, que já sabe de antemão quais respostas devem ser atribuídas a cada pergunta previamente formulada, a aula da experimentação do exercício do pensamento, que é também

da produção da autonomia do aluno é a da formulação aqui proposta. Ela rompe com a lógica da explicação, onde de início se renuncia aos próprios pensamentos, que devem ser adequados ao do professor. Que busca o consenso anulador de diferenças, que elimina a multiplicidade de ideias. Apostamos ao contrário na aula que valoriza o saber que não se sabe, da filosofia como o lugar onde se experimenta o sentimento de ignorância e que aposta mais no problema que na solução. Que não anula nem o conflito nem o dissenso, mas que acredita firmemente na emancipação do indivíduo por meio do filosofar como uma atividade criadora de conceitos.

3.5.2. Relatório

O relatório que se segue apresenta de forma descritiva as aulas em que a metodologia proposta no plano apresentado fora efetivada. Para a execução do plano de aula foram selecionadas cinco diferentes turmas de terceiros anos, do período matutino, da Escola Estadual Joaquim Murtinho, localizada na Avenida Afonso Pena, número 2425.

As turmas selecionadas foram os terceiros: A, B, C, D e I. Os alunos com faixa etária entre 17 e 19 anos. A turma A, com 42 alunos na lista de chamada, tendo cinco não frequentes (transferidos, remanejados ou matrícula cancelada) e 37 frequentes (22 do sexo feminino e 15 do sexo masculinos); turma B: 44 alunos na lista de chamada, 8 não frequentes e 36 frequentes (25 sexo feminino e 11 masculinos); turma C: 41 na lista de chamada, 5 não frequente, 36 frequentes (16 do sexo masculino e 20 do sexo feminino); turma D: 42 na lista de chamada, 6 não frequentes e 36 frequentes (15 sexo masculino e 20 do sexo feminino) e a turma I: 30 alunos na lista, com 3 não frequentes e 27 frequentes (7 do sexo feminino e 20 do sexo masculino). Como as turmas A, B, C e D possuem características etárias e quantidades de alunos similares, optou-se por concentrar a análise das atividades da turma D e por ter um quantitativo menor de alunos e menos não frequentes fora escolhido a turma I.

Inicialmente como sensibilização na introdução, fora proposto aos alunos que espontaneamente informassem a qual palavra ou conceito lhes vinham à mente quando ouviam a palavra democracia. Esta tempestade de ideias permitiu verificar o quanto a democracia está intimamente relacionada às suas práticas e métodos. As palavras frequentemente citadas foram: eleições, voto, votação, partidos, partido político, direita, esquerda, campanha política, roubo, roubalheira, político, desgoverno, liberdade, participação e justiça, igualdade, inclusão. Na maioria dos casos observando as palavras apresentadas, em sua maioria revelam uma apreciação positiva da democracia. Pois em sua maioria apontam a democracia para termos que lhe são caros e reveladoras de sua importância. Depois de falarem e terem suas respostas

anotadas no quadro não foi feito nenhum comentário ou apreciação das palavras, preservou-se a lista no quadro até a visualização do vídeo sobre o pensamento de Tocqueville.

Em um segundo momento foi passado um curto vídeo que representava os principais pontos do pensamento de Tocqueville presentes em *Democracia na América*. Após a visualização do vídeo, recapitulou-se os elementos do vídeo. Algumas perguntas surgiram, para melhor compreender as informações do vídeo, outras para comparar com as informações listadas no quadro. Daí começou-se a explorar um pouco mais as possibilidades do pensamento de Tocqueville. Questões abertas sem direcionamento ou repostas.

Em um terceiro momento os alunos se dividiram em grupos por afinidade pessoal, com mais ou menos os mesmos números de participantes. Nos grupos eles compartilhavam um mesmo texto, mas cada dois grupos tinham informações diferentes eram excertos diferentes da obra *Democracia na América*. Na maioria das salas cada grupo teve um texto diferente. Durante a leitura, os alunos foram motivados a pensar na resposta a uma questão de compreensão presente em cada texto. Eles podiam também tirar dúvidas sobre o vocabulário diretamente com o professor ou utilizarem os dicionários presentes em sala de aula.

Na aula seguinte retomou-se o texto e as questões foram apresentadas para toda a turma. O professor passou a fazer perguntas mais gerais sobre o que então poderia definir a democracia? Qual a sua grande vantagem sobre outras formas de exercícios do poder? A importância da igualdade? Sobre a liberdade? Sobre os aspectos negativos da própria democracia? Buscou-se construir um plano conceitual entre os alunos que os motivassem a reflexão, a busca de sentido para os problemas que foram apresentados. As diferentes respostas suscitavam outros questionamentos e o professor, então passou a colaborar com um certo direcionamento. Algo que se realizou em todas as turmas. Interessante observar que em alguns casos os alunos passaram a utilizar as informações do texto como resposta, o que revela uma certa apropriação.

Ao término da etapa anterior, o professor solicita que após a discussão cada grupo responda por escrito à pergunta presente em cada texto. Os textos com as questões serão recolhidos e analisados pelo professor, para não necessariamente corrigir mas verificar se as respostas estão dentro do parâmetro das informações do texto. Se os alunos conseguiram ou não compreender de fato o texto e a questão suscitada, se souberam transitar pelo plano conceitual elaborado pelo professor, ou se elaboraram um próprio plano conceitual.

Interessa observar nas respostas dadas que a maioria elaborou sua própria compreensão do problema, neste aspecto a aula e o texto cumpriram seus papéis em sala de filosofia, motivar a pensar, em alguns casos conseguiu-se refletir sobre o pensamento do próprio autor. Algo muito positivo devido, muitas vezes aos limites formativos e especialmente de leitura dos alunos no

geral, mas presentes de forma significativa nos alunos da escola pública. Pensar sobre o pensamento do outro, tão importante para a filosofia, é uma lenta aquisição e no ensino médio pode ser despertada.

Entre as diferentes respostas apresentadas em anexo, vemos a sociedade democrática como inclusiva, que a democracia está ligada à escolha ou a possibilidade de fazer escolhas; assinala ainda que o adolescente não encontrou ainda seu espaço de participação na sociedade; outro faz uma forte associação entre democracia e busca de acordos. Ainda uma resposta identifica que igualdade e liberdade caminham juntas, mas que a liberdade a precede, outra aponta os inimigos da democracia como o individualismo; outro sobre a liberdade em um sentido amplo, como liberdade de pensamento. Em outras respostas questiona-se se a liberdade existe de fato e se a busca incessante pela liberdade individual afetaria a própria democracia. Outra resposta estabelece uma relação entre vida associativa e economia solidária.

As respostas apresentadas são analisadas no momento da devolução dos textos são comentadas pelo professor que encerra o assunto retomando o pensamento do próprio autor sobre as questões propostas. Desta forma o aluno passou pela oportunidade de expor individualmente e coletivamente o que ele pensa sobre algo, ele pode se expressar oralmente e por escrito. Ele teve seu momento para poder elaborar conceitualmente o que lhe fora proposto e reformular suas próprias ideias, assim como na exposição final do professor ele teve uma revisão das ideias do autor presentes nos textos lidos em sala.

Desta forma e dentro das condições estruturais para o ensino de filosofia no ensino médio do currículo do estado de Mato Grosso do Sul, pode-se inspirar-se na proposta de Gallo para a ‘ oficina de conceitos’ e testar sua viabilidade não apenas da filosofia como prática de elaboração de conceitos como de uma didática inspirada e alimentada por esta percepção do filosofar e seu ensino.

4 DEMOCRACIA: A CONSTRUÇÃO DE UM HORIZONTE DE POSSIBILIDADES

No processo de fundamentação para este trabalho deparei-me com a leitura de um artigo de Marta Nunes da Costa intitulado: *Patriarcado, violência, injustiça - sobre as (im) possibilidades da democracia (?)*, onde se pode compreender que ao se comprometer com a luta por uma sociedade democrática deve-se lutar contra todas as lógicas de opressão e dominação. E a superação desta lógica produtora de violência e exclusão passa inexoravelmente pela questão de gênero na busca da emancipação humana. Aos poucos o artigo vai construindo o quadro de nossas existências cotidianas e faz refletir sobre os elementos que limitam em nossa sociedade o real processo de uma sociedade verdadeiramente democrática. E neste quadro estão inseridos professores e alunos, elementos fundamentais deste trabalho

4.1 O quadro de nossas existências

No citado artigo a autora aponta a forte presença de uma cultura patriarcal⁵ que naturaliza as diferenças de gênero, necessariamente entrelaçadas à uma cultura da violência, fazendo da mulher uma de suas maiores vítimas. Pensar um projeto democrático é pensar necessariamente, na superação deste estado de coisas, se comprometendo com a superação da lógica de opressão sustentada pelo patriarcalismo. Este é o ponto de partida para se projetar a democracia como um modo de vida que não se restringe a um exercício do poder, da gestão da sociedade como projeto político. Mas sim em uma sociedade onde a igualdade de condições e as liberdades individuais sejam capazes de, quando articuladas entre si, gerarem propostas de reação a esta condição de opressão e violência. Um modo de vida que reivindique a universalidade da dignidade humana, do valor em si de toda vida humana. O que importa é combater o sistema produtor da violência e gerador de desigualdades e injustiças. A busca de uma transformação da sociedade pelos princípios que inspiram o espírito democrático, orientado na procura pelo equilíbrio entre os diferentes, não iguais de fato, mas que se projetam como iguais na produção de um mundo comum.

Se no fundamento da democracia localizamos a dignidade humana, a luta por sua construção passa pelo desvelamento de todas as formas de opressão geradoras de práticas cada vez maiores de exclusão. Numa sociedade estruturada no modelo fortemente patriarcal como é

⁵ O objetivo seria a superação do modelo patriarcal e não apenas do sistema capitalista, cuja lógica de produção e reprodução, principalmente no modelo neoliberal, visivelmente antidemocráticas, geradoras de exclusão e reforçando práticas e discursos de injustiças.

o caso da sociedade brasileira, a violência é uma marca que se produz e se reproduz em todos os espaços seja ele público ou privado e se estende na manutenção das desigualdades. Sobre tudo na desigualdade de gênero, expressão máxima da violência e da injustiça.

Esta ordem das coisas, apenas mostram, como a democracia centrada no valor irreduzível de cada ser humano, de uma dignidade universal, que não anula as diferenças, mas combate às desigualdades, é um projeto ainda em construção, mas que não está eliminado do nosso horizonte de possibilidades históricas ao fazer da busca pela dignidade, o processo primeiro e primário pelo qual, a igualdade, a liberdade e a justiça se desenvolverão. Este é o quadro que indica como as coisas são e se produzem e este contexto foi fortemente motivador para uma reflexão sobre a importância de um projeto democrático para a sociedade brasileira e para pensar a sala de aula e as aulas de filosofia como um espaço privilegiado para estas reflexões. Tornar explícitas, por exemplo, a violência de gênero vivida pelas alunas, dar voz as injustiças, conceituar para uma melhor compreensão as desigualdades. Enfrentar as resistências a um projeto democrático, abordar suas dificuldades e fragilidades e apontar possíveis soluções. Pensar e proporcionar uma reflexão sobre o presente o futuro da democracia em nossa sociedade.

4.2 O presente e o futuro da democracia

Ao acompanhar, de modo pouco crítico, os eventos políticos quotidianos apresentados pela mídia, tem-se a forte impressão de uma eterna crise, que se aprofundaria de mais a mais, no meio político, assim como uma cisão maior entre o povo e seus representantes. Esta percepção de falhas e problemas contínuos geram críticas ao sistema político como um todo e principalmente a democracia, que muitas vezes é percebida mais pelos “erros” do que pelos valores que ela mesma representa. As contradições e paradoxos entre o ideal da democracia e seus sistemas de práticas, mais do que um obstáculo para o seu desenvolvimento pode ser o leitmotiv para um profundo engajamento no próprio projeto democrático. É deste engajamento que irá se tratar agora. Será abordado, inicialmente a democracia como modo de vida, pensado por Dewey e retomado por Marta Nunes da Costa. Sem perder a perspectiva da democracia como busca permanente pela igualdade e na projeção de um horizonte de dissenso. Em um segundo momento apresentaremos a relação entre igualdade, liberdade, razão e dignidade. Para então refletir junto com Tocqueville sobre as condições de existência da própria democracia.

A democracia, então, se insere em um espaço de possibilidades, confrontada entre as diferentes concepções de seu ideal e práticas falhas ou que não se cumprem, até mesmo por falta de condições propícias. As paixões invadem o discurso político e inflamam críticas

provenientes de diferentes esferas sociais. Estas mesmas paixões parecem incapazes de orientar a ação política de modo democrático. Surgem de modo excludente através do seu aspecto totalitário e totalizante, ocupando os espaços e os discursos. Reduzindo o espaço e a presença da razão que se apresenta de modo secundário, de modo raso, na tentativa de justificação de uma ordem de coisas intoleráveis.

Nunes da Costa indica que a democracia pensada como modo de vida, como estrutura básica da sociedade engloba as instituições, os costumes e as práticas e até mesmo o imaginário coletivo. Por não ser um fato pronto e acabado, é um projeto em constante transformação, aberto as diferentes demandas que surgem das relações sociais concretas. Relações estas que se transformam no tempo, moldando-se como demandas sempre novas. Nesta perspectiva o núcleo da democracia é o indefinível. Visto que não se limita à um único modelo de gestão da vida social que determinaria modos de ser e agir específicos. Ao contrário, a democracia orienta mais que determina, ao apresentar papeis possíveis a desempenhar, produzindo caminhos a serem trilhados e possibilidades de modo de vida. Desta feita no núcleo da democracia, o modo de vida democrático, que não pode ser reduzido à um termo, conceito ou palavra. A democracia atualiza as diferentes possibilidades de vida, resultantes das ações das pessoas. No núcleo do modo de vida democrático encontramos a liberdade em potência. Liberdade como sinônimo de razão, manifestada na autonomia de nossa vontade. Razão como liberdade e fundamento do nosso ser, como sujeitos racionais, assinalando nossa pertença à uma mesma comunidade. A razão aponta a nossa igualdade radical como sujeitos. Somos iguais por que racionais. Liberdade, razão e igualdade, a tríade que suporta um projeto democrático como modo de vida e localiza na dignidade a promessa de nossa humanidade

O que nos leva a escolher a democracia sobre outras alternativas? Talvez Kant estivesse mesmo certo, pelo menos na intuição radical de que nós, humanos, temos algo que nos confere dignidade, isto é, valor em si mesmo, que não pode, de forma alguma, ser negociado ou trocado por outra coisa. A dignidade e com ela, a promessa de humanidade, é fundamental para o projeto democrático. É a dignidade, este conceito que tem uma história tão recente, que nos torna, ou nos desvela enquanto iguais. (...) somos iguais enquanto sujeitos racionais, todos pertencemos a uma mesma comunidade em que aparecemos uns aos outros enquanto racionais. (NUNES DA COSTA, 2017, p.76)

O ato inicial de uma vida democrática e da própria democracia começa por uma decisão, isto é uma escolha pessoal e radical de partilhar e participar de uma experiência de mundo, de pertença à um projeto comum de mundo, mas que não exclui o conflito. O dissenso, as diferentes representações de discursos, não eliminam o conflito, pelo contrário a democracia os

absorvem como uma força constituinte, que atribui um valor intrínseco a pessoa humana, ao humano em cada um de nós. Que não anula sequer as nossas paixões, estas últimas, longo tempo relegadas ao simples oposto do racional e, portanto, pensadas e percebidas negativamente. Se ao escolher e decidir livremente participar de um projeto democrático, a liberdade traz consigo a responsabilidade de transformar o mundo, em acordo com esta vontade livre. Mas diferentes vontades geram diferentes conflitos, rupturas, disputas, crises. No entanto, estes conflitos e disputas não podem ser capazes de destruir a dignidade de cada indivíduo. Se na raiz da dignidade se encontra a racionalidade que nos iguala, sendo esta o fundamento de nossa humanidade, não se pode esquecer que o humano comporta a racionalidade e seu outro: as paixões. Citando Rousseau, Marta Nunes da Costa aponta que as paixões despertam a razão, e por elas existirem e exercerem domínio sobre os seres humanos que a razão começa a ser exercitada. “ A paixão desperta para a possibilidade da transformação do mundo que, dirá Arendt, só se torna mundo, porque é para nós”. (NUNES DA COSTA, 2017, p.78).

Uma questão se impõe: como partilhar um mundo comum se as experiências do cotidiano nos apresentam um mundo fragmentado, repleto de práticas opressoras, sustentado por uma dinâmica de exploração, produtora de violências e exclusões, que distancia ao invés de aproximar, que isola ao invés de incluir, dificultando as trocas que levariam a uma melhor compreensão das experiências vividas em comum. Descrentes de uma possibilidade de mudança, isolados em seus projetos pessoais, o indivíduo vai aos poucos abandonando o coletivo. O comunitário vai aos poucos se apagando no horizonte de possibilidades das vidas das pessoas em sua busca por realizações de projetos. Sem perceber que são também mantenedoras e perpetuadoras deste estado de coisas. O individualismo apontado por Tocqueville como uma das fragilidades da democracia, pode ser destrutiva para a mesma. Distanciados entre si e da vida coletiva, sem trocas concretas sobre experiências vividas, é a possibilidade da política mesmo que está em risco e com ela pode-se esvaziar as possibilidades de um projeto democrático. Tocqueville, em *A democracia da América*, denuncia que o individualismo excessivo estaria na experiência de uma atomização social e de uma manipulação das majorias gerando as condições necessárias a emergência de um despotismo capaz de dominar corpos e almas de um modo muito suave. “Não nos iludamos. Quando a política morre, a democracia morre com ela. E nós morremos juntos. Tornamo-nos átomos, instrumentos singulares na mão de uma vontade que não é nem nunca será nossa. ” (NUNES DA COSTA, 2017, p.79).

Com uma vida repetitiva, sem horizontes de possibilidades, sem perspectivas de mudanças, não apenas o projeto democrático se perde, mas toda uma noção própria de humanidade. Onde a luta por um projeto democrático é uma luta pela própria condição humana. As práticas opressoras, de violência, submissão e exploração, não podem ser concebidas como único vínculo entre os seres humanos

Se o individualismo é corrosivo e destrutivo da vida coletiva, e por extensão da vida política, torna-se necessário retomar o valor da vida associativa. Do espaço de comunicação e troca das experiências humanas e que humanizam a própria vida e não nos aliena do mundo e no mundo. A percepção fragmentada da realidade impulsiona e faz os indivíduos viverem como únicas situações que são coletivas. Reforçando o quadro de dominação e exploração anteriormente exposto. Pensar um projeto de vida coletiva que valorize o humano e suas experiências que suscite o indivíduo a reconhecer os problemas e falhas das práticas políticas, contudo fortalecidos na capacidade de diante de uma situação problema não reduzir seu engajamento na construção deste mesmo projeto. Pelo contrário criando forças para combatê-los. Inspirar-se nos textos de Tocqueville para refletir sobre a condição humana e procurar pelos caminhos do pensamento encontrar os meios para mantermos acesa as luzes da esperança de transformação da atual condição de produção da vida em nossa sociedade. O despotismo especificamente democrático percebido por Tocqueville só poderá ter sucesso se sustentado por um comportamento individualista e atomizado

Este despotismo especificamente democrático só pode ter sucesso por ser apoiado por duas tendências simultâneas que são características do novo homem democrático: a tendência do individualismo como ideologia dominante e a tendência ao isolamento e solidão enquanto prática cotidiana. (NUNES DA COSTA, 2017, p.82)

Reconhecer quão distante se está de realizarem-se as promessas democráticas não pode ser causa para a renúncia à estas mesmas promessas. O quadro da nossa atual condição histórica reforça a vulnerabilidade dos valores democráticos. Mas como afirma Nunes da Costa a democracia não é um objeto de conhecimento, mas muito mais uma prescrição de como queremos construir a nossa comunidade política. O que implica em melhor apreender os fundamentos que sustentam este projeto. Esta apreensão e compreensão que se busca fazer em sala de aula, motivando a reflexão e a comunicação, procurando uma compreensão conceitual do que pode ser limitante ao pleno exercício da vida democrática, transformando a própria sala de aula em uma instância democrática, que valoriza a partilha do espaço coletivo, que combate a violência e abarca diferentes modos de viver e pensar.

Estes textos alertam e permitem pensar a importância da vida política, coletiva e democrática, motivando a leitura e o trabalho conceitual nas aulas de filosofia, sobre as ameaças que pairam ou impedem a viabilidade de uma vida democrática. Na leitura destes textos despertou-se o interesse nos textos de Tocqueville e nele encontramos a fonte para a estruturação deste trabalho. E com eles a vontade de despertar entre os alunos o engajamento num projeto de valorização da própria democracia. Pois por vivermos dentro de um estado social democrático, parecem naturalizadas as práticas perceptivas da vida democrática: eleições, partidos políticos, voto, etc. Assim como todo um vocabulário é trazido com a democracia: representatividade, escolha, soberania popular entre outras. No entanto os fundamentos desta vida democrática passam ao largo, frequentemente ao processo de ensino sobre a democracia. Pode-se até afirmar uma certa negligência quanto à discussão em sala sobre os mesmos fundamentos da democracia. O que o plano de aula proposto quer sobretudo evitar, a superficialidade sobre democracia.

4.3 A democracia em perspectiva

Diante do exposto procurou-se articular uma concepção de democracia, como um modo de vida, que implica um projeto democrático. No núcleo deste projeto encontra-se um sujeito racional, livre e responsável, portador de dignidade sustentada por uma condição racional. Não sendo a democracia um “objeto de conhecimento” ou uma questão de razão teórica no sentido Kantiano (NUNES DA COSTA 2018, p.14), não tendo a mesma um modelo paradigmático a ser seguido, mostrou-se que a democracia é sustentada por princípios e valores. Vale a pena clarear alguns aspectos deste pensamento.

Frequentemente se reconhece a democracia por seus métodos, procedimentos ou ideais. No entanto Nunes da Costa nos incita a perceber que não há um único modelo de democracia, mas diferentes instanciações democráticas e que não há uma definição precisa de democracia capaz de abarcar de forma absoluta e incontestável seus traços essenciais. Não há uma democracia pura, autêntica ou verdadeira. Há diferentes modelos democráticos que se desdobram em diferentes sistemas de práticas. Assim como não há “a democracia”, mas muitas, não se pode ter o conhecimento da “democracia” como experiência racional, mas pode-se pensar os sentidos desta democracia, não sua essência ou natureza. Por isso é que se trata de valores democráticos, retomados a partir de Tocqueville. Os conceitos anteriormente expostos representam os vários traços essenciais que delimitam um contorno para a experiência democrática. Os sentidos geralmente percebidos quando se apontam os vários aspectos de uma crise da democracia.

Tais como a crise de representação ou das contradições entre a ordem política e a dimensão econômica e financeira da sociedade.

Se não há uma essência democrática como pensar os sentidos de uma legitimidade da democracia? Um dos sentidos da democracia é a sociedade de iguais, assim como havia percebido Tocqueville que o conceito ideal da igualdade está fortemente enraizado na política democrática. Pois a democracia se traduz sobretudo por uma paixão pela igualdade. “A igualdade de condições que Tocqueville testemunha na América do Norte significa e desvela um modo de vida, um regime político e um tipo específico de sociedade.” (NUNES DA COSTA 2018, p.19).

A revolução americana trouxe consigo uma nova visão de povo e de mundo que alterou a visão que se tinha sobre os homens e seus destinos. Sobre a sociedade e as relações sociais como um todo. Alterando profundamente esta percepção e concepção da vida. Trouxe também um horizonte de novas possibilidades, permitindo pensar novas condições de existência, onde igualdade e liberdade estivessem presentes. A consciência da promessa de igualdade, como um ideal, motiva a realiza-la, vivenciá-la. Os homens participantes da Revolução americana, oriundos de um estado social como o antigo regime ao vislumbrarem a promessa da igualdade, sentiam-se mais que motivados, mas realmente incitados a lutarem por sua realização. Mas apenas aqueles. Todos os que vivem no estado social democrático desejam e esperam atualizar esta promessa. Pois a igualdade ainda não é totalmente garantida. A luta e a busca constante pela realização das promessas da democracia são reveladoras de um dos traços mais facilmente percebidos da democracia. Suas crises, que parecem ter a força para anular o projeto democrático. Como sugere Nunes da Costa a democracia por não ter “essência”, nem conteúdo específico, não pode ser definida. No entanto a palavra e o conceito de crise aproximam a democracia de possível auto definição.

Visto que um dos traços identificáveis da democracia é a pluralidade de discursos e diferentes práticas, o traço da pluralidade é a convivência com o diferente, com o seu outro. A existência deste outro não pode ser anulada por um projeto de unicidade, incorporação que no fundo anula a existência deste outro, diferente, oposto. Na democracia a existência deste oposto é permanente e independente das minhas vontades. Diante deste impasse a solução encontrada é a saída política pois cabe a esta erigir pontes discursivas que permita o contato e a comunicação com este outro, que não o anula, mas preserva a sua pluralidade. Conviver com seu oposto, com o dissenso, sem anulá-lo é uma marca definidora da democracia, marca esta que vista de modo pouco crítico, localiza nas crises, não o tesouro da vida democrática, mas sua ruína. A democracia não se deixa cooptar por movimentos e tendências políticas excludentes do convívio, não necessariamente harmônico dos diferentes. Mas isto é salutar e

fortalecedor do espaço político. Por isto a única definição possível concebida por Nunes da Costa para democracia é de “democracia enquanto crise”. Mas esta crise não é concebida como erro, como algo a ser corrigido, concertado e eliminado. Assim afirma a autora:

(...), democracia só é democracia se e enquanto mantiver as condições de possibilidade para diferenças, pluralismo, oposição e resistência sem objetivar nenhuma das forças ou sem erradicar ‘outros’. (NUNES DA COSTA 2018, p.37).

Depois de apontar as diferentes correlações que estruturam a compreensão da democracia como um projeto, uma promessa que atualiza possibilidades em um horizonte onde se situam, dignidade, igualdade, liberdade e a defesa da diferença e da pluralidade. Onde crise é reconhecida como o mais próximo de uma definição mesma de democracia, conclui-se com uma frase de Marta Nunes da Costa: “Dado que a democracia não é uma coisa, mas uma prática, e o futuro que hoje construímos em contextos democráticos é de nossa inteira responsabilidade”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim como foi dito acerca da democracia e suas crises, de forma ousada pode-se afirmar que a educação e principalmente o ensino de filosofia no Brasil vive de crises, e que estas já se tornaram, felizmente ou não, parte do processo de ensinar filosofia. E diante da impossibilidade de anular estas crises, que não dependem necessariamente do ensino da filosofia, pode-se ou até deve-se incorporá-las. Não é resignação, mas capacidade de se manter em alerta e em combate. A filosofia não eliminou a *doxa*, seu outro ao longo da história da filosofia. Assim como a verdade não impede a existência da mentira. As reiteradas crises nos sistemas de ensino de filosofia, as ameaças de exclusão desta disciplina dos currículos, as condições limitantes de trabalho ou até o pouco valor dado pelos gestores da educação a esta forma de conhecimento não podem ser causa para desistir da filosofia e seu ensino, principalmente nas escolas de ensino médio.

Lembremos que o acesso a este modo de conhecer a realidade junto à juventude era o papel também desempenhado por Sócrates na ágora ateniense, cercado por jovens seguidores, entre eles o jovem Platão, impactado com a vida, a fala e a morte de seu grande mestre. O ensino de filosofia importa e é pertinente, para a juventude, para a vida e para sociedade. O contato com a filosofia permite uma compreensão crítica do mundo para poder ressignificá-lo. Este contato pode prescindir, obviamente, da escola, o contato com a filosofia pode ocorrer diretamente com a leitura das obras dos filósofos, cuja extensa literatura é um patrimônio universal da humanidade. No entanto, na escola, no ambiente escolar, sob a mediação de um professor que permite aos alunos explorarem suas possibilidades intelectuais, e ir além das habilidades que o aluno dominava. Somente o ensino escolar pode ofertar esta condição única.

É a confiança no poder da educação e do ensino como o meio privilegiado para um desenvolvimento social duradouro, pois está sustentado no desenvolvimento de pessoas e em sua formação. Este trabalho permitiu também desenvolver a formação do professor por meio da pesquisa e da fundamentação e por extensão melhor qualifica-lo para os desafios da sala de aula e para as crises que o ensino de filosofia enfrenta e ainda enfrentará. E nisto filosofia e democracia reforçam os laços que as une desde suas origens, pois foi no ambiente democrático de Atenas que a filosofia surgiu. O percurso deste trabalho permitiu uma melhor fundamentação desde o conceito de filosofia, do pensar o ensino de filosofia como um problema filosófico e reforçou a ideia de que cabe ao professor continuamente confrontá-lo. Pois a cada novo grupo, a cada novo ano e nova geração os desafios do filosofar estão e estarão presentes e esta

constatação não pode ser causa de desmotivação, pelo contrário deve ser o leitmotiv para o engajamento contínuo na luta pela educação, pelo ensino de filosofia e pela democracia. A bibliografia desenvolvida em torno das obras de Tocqueville foram essenciais para constituir uma leitura de mundo e da realidade diferente da que até então se tinha como referência. Uma outra percepção surgiu das relações humanas e do modo como os homens constroem o mundo em que vivem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMIEL, Anne. *Le vocabulaire de Tocqueville*. Ellipses Édition Marketing S.A., Paris, 2002.
- ASPIS, Renata Lima; GALLO, Sílvio. *Ensinar filosofia: um livro para professores*. São Paulo: Atta Mídia e Educação, 2009.
- CERLETTI, Alejandro. *O ensino de filosofia como problema filosófico*. Tradução: Ingrid Müller Xavier. São Paulo: Autêntica, 2009.
- COSTA, Marta Nunes da. (org) *Razões, paixões, utopias: Democracia em questão*. São Paulo: LibersArs, 2018.
- COSTA, Marta Nunes da. *Modelos democráticos*. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2013.
- COSTA, Marta Nunes da. Transformando a natureza humana igualdade e liberdade política em Tocqueville. **AGORA – Papeles de Filosofia** – (2015), 34/2: 111-130 ISSN 0211-6642. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.15304/ag.34.2.2173>> .
- DELEUZE, Gilles. *Espinosa: Filosofia Prática*, São Paulo: Escuta 2002.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *O Que é a Filosofia?* Tradução: Bento Prado Junior e Alberto Alonso Muñoz. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.
- _____. *O Anti-Édipo*; Tradução. Luiz B. L. Orlandi, São Paulo: Editora 34, 2011.
- DELEUZE, Gilles. *Conversações*. Tradução: Peter Pál Pelbart. São Paulo: editora 34, 1992.
- GALLO, Sílvio. *Deleuze & a Educação*. São Paulo: Autêntica, 2017.
- _____. *Filosofia: experiência do pensamento: volume único* – 2. ed.- São Paulo: Scipione, 2016.
- _____. *Metodologia do ensino de filosofia: uma didática para o ensino médio*. Campinas, SP: Papirus, 2012.
- GALLINA, Simone. O ensino de filosofia e a criação de conceitos. **Cad. CEDES**, Campinas, v. 24, n. 64, pp. 359-371, Dec. 2004. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0101-32622004000300008>>
- GELAMO, Rodrigo Pelloso. *O ensino da filosofia no limiar da contemporaneidade: o que faz o filósofo quando seu ofício é ser professor de filosofia?* [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

HOBBS, Thomas de Malmesbury. *Leviatã ou matéria, forma e poder de um Estado Eclesiástico e Civil*. Tradução João Paulo Monteiro, Maria Beatriz Nizza da Silva. São Paulo: Editora Nova Cultural, 2004.

LE GARREC, Maël. *Apprendre à philosopher avec Deleuze*. Paris: Ellipses Édition Marketing S.A., 2010.

MILL, John Stuart. *De la liberté de pensée et de discussion*. Paris: Editions Gallimard, 1990.

RANCIÈRE, Jacques. *O mestre ignorante – cinco lições sobre a emancipação intelectual*. Tradução Lílian do Valle – 3. ed. 5. reimp. – Belo Horizonte: Autentica Editora, 2015.

RODRIGO, Lídia Maria. *Filosofia em sala de aula: teoria e prática para o ensino médio*. Campinas, SP: Autores associados, 2009.

SERRES, Michel. *A Polegarzinha*. Tradução Jorge Bastos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2018.

TOCQUEVILLE, Alexis. *De la démocratie en Amérique*. Paris: Gallimard, 1986.

_____. *O antigo regime e a revolução*. São Paulo: Edipro, 2016.

_____. *Da democracia na América*. Campinas, SP: Vide Editorial, 2019.

_____. *Sur le paupérisme*. Editions Allia, Paris, 1999.

ZOURABICHVILI, François. *Deleuze: uma filosofia do acontecimento*. Tradução e prefácio: Luiz B. L. Orlandi, São Paulo: Editora 34, 2016.

ANEXOS



Alexis-Charles-Henri Clérel de
Tocqueville

Foi um historiador e analista político francês, filho de uma família nobre, favorecida pelo reinado dos Bourbon e que sobrevivera à Revolução Francesa, mas fora exilada junto com o Rei Charles X depois da Revolução de Julho de 1830; Tocqueville, então com 25 anos, decidiu ficar na França. Pouco tempo depois, a mando do governo, partiu junto de Gustave de Beaumont para os Estados Unidos, incumbido da tarefa de avaliar o sistema prisional da jovem nação americana. Escreveu não só este relatório, como também uma análise político-sociológica de toda aquela nação e de seu povo, que serve até hoje como modelo para as ciências sociais: *De la Democratie en Amérique*, publicada em dois volumes (o primeiro, em 1835, e o segundo, em 1840). O livro rendeu-lhe fama e Tocqueville foi um participante ativo e influente da política francesa até 1849, quando se aposentou depois de ter exercido funções como as de deputado e presidente do conselho geral do departamento da Mancha. Morreu em Cannes, de complicações respiratórias.

Os desafios de uma sociedade democrática

Da democracia na América

Texto I

Primeiro tomo, Capítulo VII

Tiranania da Maioria

Vejo como ímpia e detestável a máxima de que, em matéria de governo, a maioria do povo tem o direito de fazer tudo; todavia, coloco na vontade da maioria a origem de todos os poderes. Estarei em contradição comigo mesmo? Existe uma lei geral que foi feita, ou ao menos adotada, não somente pela maioria deste ou daquele povo, mas pela maioria de todos os homens. Essa lei é a justiça. A justiça constitui, assim, o limite do direito de cada povo. Uma nação é como um júri encarregado de representar a sociedade universal e de aplicar a justiça, que é sua lei. Deveria o júri, que representa a sociedade, ter mais poder que a própria sociedade cujas leis aplica? Quando me recuso a obedecer a uma lei injusta, não nego à maioria o direito de comandar; em vez de apelar à soberania do povo, apelo à soberania do gênero humano. Pessoas há que não temeram dizer que um povo, nos objetos que interessavam apenas a ele mesmo, não podia sair inteiramente dos limites da justiça e da razão, e que, assim, não devia temer dar todo o poder à maioria que o representa. Mas esta é uma linguagem de escravos. Afinal, o que é uma maioria tomada coletivamente, senão um indivíduo que tem opiniões e, frequentemente, interesses contrários a outro indivíduo que se chamam minoria? Ora, se você admite que um homem todo-poderoso pode cometer abusos contra seus adversários, por que não admite o mesmo para uma maioria? Os homens, ao se reunirem, mudaram de caráter? Tornaram-se mais pacientes diante dos obstáculos ao se tornarem mais fortes? Quanto a mim, não poderia acreditar e semelhante coisa; e o poder de fazer tudo, que recuso a qualquer de meus semelhantes, não concederia jamais a vários deles. [...]

- O que é a tirania da maioria?

Texto II

Terceiro tomo, Parte II, Capítulo II

Sobre o individualismo nos países democráticos

Mostrei como, nos séculos de igualdade, cada homem buscava em si mesmo as crenças. E agora quero demonstrar como o cidadão da democracia volta todos os seus sentimentos em direção a si mesmo.

O individualismo é uma expressão recente que uma ideia nova fez nascer. Nossos pais só conheciam o egoísmo.

O egoísmo é um amor apaixonado e exagerado por si mesmo que conduz o homem a relacionar tudo a si e preterir tudo o mais. O individualismo é um sentimento refletido e pacífico que dispõe alguns indivíduos a se isolarem do conjunto de seus semelhantes e se retirarem com sua família e seus amigos. De tal modo que, tendo criado assim uma pequena sociedade para suas finalidades, eles abandonam de bom grado a grande sociedade à deriva.

Ele encontra sua fonte dos defeitos do espírito assim como nos vícios do coração. O egoísmo resseca. O egoísmo nasce de um sentimento cego. O individualismo procede mais de um julgamento errôneo do que de um sentimento depravado. Gérmen de todas as virtudes. O individualismo, de início, só exaure a fonte das virtudes públicas, mas, a longo prazo, ataca e destrói todas as outras, de modo que termina absorvido no egoísmo. O egoísmo é um vício tão antigo quanto o mundo. Praticamente, não diz mais respeito a uma forma de sociedade do que outra. O individualismo é de origem democrática e ameaça desenvolver-se à medida que as condições se igualem. Afeições humanas se estende e desvanece.

Nos povos democráticos, novas famílias surgem continuamente do nada e outras decaem com igual frequência, e todas as que permanecem mudam de feição.

A trama do tempo se rompe a todo instante e o vestígio das gerações se apaga. Esquecem-se

facilmente daqueles que os precederão e não têm ideia alguma sobre aqueles que lhes seguirão. Só importam os que são mais próximos. Uma vez que todas as classes se aproximaram umas das outras e se misturaram, seus membros se tornaram indiferentes e estrangeiros entre si. A aristocracia fizera de todos uma longa cadeia que remontava do camponês até o rei: a democracia rompe a cadeia e separa os anéis. A medida que as condições se homogeneizam, encontra-se um grande número de indivíduos que, não

sendo nem ricos nem poderosos o bastante para exercer grande influência sobre o destino de seus semelhantes, adquiriram ou conservaram, entretanto, conhecimentos e bens suficientes para se tornarem independentes. Eles não devem nada a ninguém, não esperam, por assim dizer, nada de ninguém. Eles se acostumam a considerarem-se isoladamente e imaginam facilmente que todo o seu destino está em suas mãos.

Assim, não só a democracia faz com que todos os homens esqueçam seus antepassados, mas lhes esconde seus descendentes e os separa de seus contemporâneos. Ela os arrasta incessantemente para si mesmos e ameaça encerrá-los inteiramente na solidão de seu próprio coração.

- *Por que o individualismo é um problema para as sociedades democráticas?*

TOCQUEVILLE, Alexis de. Da democracia na América. Campinas, SP. Vide Editorial, 2019.

Texto III

Terceiro Tomo, Parte II, Capítulo I

Por que os povos democráticos demonstram um amor mais ardente e menos duradouro pela igualdade do que pela liberdade

A emoção principal e mais viva que a igualdade de condições faz nascer – eu preciso dizer – é o amor pela própria igualdade. Não é de espantar, portanto, que eu fale a respeito dela antes que de todas as outras.

Muitos observaram que em nossa época, especialmente na França, essa paixão pela igualdade ganhava dia a dia um lugar maior no coração humano. Disseram incansavelmente que nossos contemporâneos tinham um amor mais ardente e tenaz pela igualdade do que pela liberdade. Mas não acho que tenham remontado suficientemente às causas desse fato. Tentá-lo-ei.

Podemos imaginar um ponto extremo em que a liberdade e a igualdade se toquem e se confundam.

Pressuponho que todos os cidadãos concorram ao governo e tenham o mesmo direito de fazê-lo.

Dado que nenhum deles difere de suas assembleias, ninguém poderá exercer um poder tirânico. Os homens serão perfeitamente livres porque serão todos inteiramente iguais, e serão perfeitamente iguais porque serão inteiramente livres. É em direção a esse ideal que tendem os povos democráticos.

Eis a forma mais completa que pode assumir a igualdade sobre a terra. Contudo, milhares de outras, embora não sejam tão perfeitas, são igualmente estimadas por esses povos.

[...]

O gosto que os homens têm pela liberdade e a paixão que sentem pela igualdade são, com efeito, duas coisas distintas, e não receio acrescentar que, nos povos democráticos, são duas coisas desiguais.

[...]

A liberdade se manifestou aos homens em diferentes épocas e sob diferentes formas. Ela não está vinculada a um estado social de maneira independente, e é observada em outras sociedades. Ela não pode, portanto, formar o caráter distintivo dos séculos democráticos.

O fato particular e predominante que singulariza esses séculos é a igualdade de condições. A paixão principal que agita os homens naquelas épocas é o amor por essa igualdade.

Não perguntem que graça especial os homens das eras democráticas encontram em viver igualmente, nem que motivos particulares tenham para se apoiar tão obstinadamente na igualdade em vez de em outros bens que a sociedade lhes apresenta: a igualdade em vez de em outros bens que a sociedade lhes apresenta: a igualdade forma o traço da época em que vivem. Só isso já basta para explicar por que a prefere a tudo o mais.

Mas, independentemente desse motivo, há muitos outros que, em todas as épocas, conduzirão os homens a preferir a igualdade à liberdade.

[...]

Os povos democráticos sempre gostaram da igualdade, mas há determinadas épocas em que levam a paixão até o ponto de delirar-se por ela.

Isso acontece no momento em que a hierarquia social antiga, há muito ameaçada, termina de se destruir, depois de uma derradeira luta interna, em que as barreiras que separavam os cidadãos são enfim viradas de cabeça para baixo. Os homens se lançam, então, sobre a igualdade como que sobre uma conquista, e se apegam a ela como a um bem precioso que alguém pretende raptar. A paixão pela igualdade penetra por toda parte no coração humano, ela se estende até ele e o preenche inteiramente. Não adianta dizer aos homens que ao se entregarem tão cegamente a uma paixão exclusiva, eles comprometem seus interesses mais caros. Eles são surdos. Não adianta lhes mostrar a liberdade que escapa de suas mãos enquanto olham para outro lugar. Eles são cegos, ou melhor, só percebem um único bem digno de ser desejado em todo o universo.

[...]

Acredito que os povos democráticos têm um gosto natural pela liberdade. Soltos a seu bel-prazer, eles a buscam, a amam, e só vêem com dor a perspectiva de perdê-la. Mas têm uma paixão ardente pela igualdade e, se não podem obtê-la, desejam-na ainda que a na servidão. Tolerarão a pobreza, a escravidão, a barbárie, mas não a aristocracia.

- O que se entende por igualdade de condições?

Texto IV

Terceiro Tomo, Parte II, Capítulo VIII

Como os americanos combatem o individualismo com a doutrina do interesse natural

Quando o mundo era conduzido por um pequeno grupo de indivíduos poderosos e ricos, estas pessoas gostavam de formar uma ideia sublime a respeito dos deveres do homem. Agradava-lhes professar que é glorioso esquecer-se de si e que convém fazê-lo sem interesse, como o próprio Deus. Essa era a doutrina oficial desses tempos em matéria de moral.

[...] O que só era uma observação isolada torna-se uma doutrina geral e se crê enfim perceber que o homem, ao servir seus semelhantes, serve a si mesmo, e que seu interesse particular é fazê-lo bem.

[...] Não negam, portanto, que cada homem possa seguir o seu interesse, mas se esforçam para provar que o interesse de cada um é ser honesto.

Não quero entrar aqui nos detalhes de suas razões, o que me afastaria do assunto que me propus. Que me baste dizer que elas convenceram seus concidadãos.

[...] O interesse natural é uma doutrina pouco elevada, mas clara e certa. Ela não busca alcançar grandes objetos, mas atinge, sem muito esforço, todos aqueles a que visa. Como está ao alcance de todas as inteligências, todos a captam facilmente e a retêm sem dificuldade. Acomodando-se maravilhosamente às fraquezas dos homens, ela obtém facilmente um grande poder cuja conservação não lhe é custosa, porque vira o interesse pessoal contra se mesmo e se serve, para dirigir as paixões, do aguilhão que as desperta.

A doutrina do interesse natural não produz grandes devoções. Mas sugere todos os dias pequenos sacrifícios. Ela não consegue criar um único homem virtuoso sozinho, mas forma uma multidão de cidadãos regrados, temperantes, moderados, providentes, senhores de si. E se não conduz diretamente à virtude pela vontade, aproxima-os dela inconscientemente pelos hábitos.

[...] A doutrina do interesse natural não produz grandes devoções. Mas sugere todos os dias pequenos sacrifícios. Ela não consegue criar um único homem virtuoso sozinho, mas forma uma multidão de cidadãos regrados, temperantes, moderados, providentes, senhores de si. E se não conduz diretamente à virtude pela vontade, aproxima-os dela inconscientemente pelos hábitos.

[...]

Em torno de mim, só vejo pessoas que parecem querer ensinar todos os dias a seus contemporâneos, com palavras e exemplos, que o útil não é jamais desonesto. Será que eu não descobriria, enfim, que eles tentam explicar como o honesto pode ser útil?

Não há poder sobre que possa impedir que a igualdade crescente de condições não leve o espírito humano em direção à busca do útil e não disponha todos os cidadãos a fecharem-se em si mesmos.

É preciso, pois, prever que o interesse individual tornar-se-á mais que nunca o principal, senão o único, motor das ações dos homens. Mas resta saber como cada homem entenderá seu interesse individual.

Se os cidadãos, tornando-se iguais, permanecessem ignorantes e grosseiros, seria difícil prever até que estúpido excesso seu egoísmo poderia se prestar e não conseguiríamos dizer de antemão em que vergonhosas misérias eles mesmos se mergulhariam, por medo de sacrificar algo de seu bem-estar à prosperidade de seus semelhantes.

Não creio que a doutrina do interesse, tal como pregada na América, seja evidente em todas as suas partes; mas ela encerra um grande número de verdades tão evidentes que basta esclarecer os homens para que as vejam. Que sejam, pois, esclarecidos a todo preço; pois o século das devoções cegas e virtudes instintivas já voou para longe de nós, e vejo se aproximar o tempo em que a liberdade, a paz pública e a ordem social mesma não poderão dispensar as luzes do conhecimento.

- Segundo o texto o que é a doutrina de interesse natural?

Texto V

Terceiro Tomo, Parte II, Capítulo X

Sobre o gosto pelo bem-estar material na América

Na América, a paixão pelo bem-estar material não é sempre exclusiva, mas é geral; se todos não a experimentam da mesma maneira, todos a pressentem. O cuidado de satisfazer as menores necessidades do corpo e de poder nas pequenas comodidades da vida preocupa universalmente os espíritos.

Algo similar se faz notar cada vez mais na Europa.

Dentre as causas que produzem tais efeitos nos dois mundos, há várias que se aproximam do meu assunto e que devo indicar.

Quando as riquezas estão fixadas hereditariamente nas mesmas famílias, vê-se um grande número de homens que gozam de bem-estar material, sem sentir um gosto exclusivo pelo bem-estar.

O que conecta mais vivamente o coração humano não é a posse imperturbável de um objeto precioso, mas o desejo imperfeitamente satisfeito de possuí-lo e o temor incessante de perdê-lo.

Nas sociedades aristocráticas, os ricos, jamais tendo conhecido um estado diferente do seu, não têm medo de que seja modificado; mal conseguem imaginar outro. O bem-estar material não é, pois, para eles, o sentido da vida; é uma maneira de viver. Eles o consideram, de qualquer sorte, como a existência, e gozam dele sem refletir sobre isso.

Uma vez que o gosto natural e instintivo que todos os homens sentem pelo bem-estar está longe de dificuldades e temores, sua alma se volta a outros lugares e se prende a algum empreendimento mais difícil e maior que o anima e o exercita.

É assim que no seio mesmo dos prazeres materiais os membros de uma aristocracia demonstram muitas vezes um desprezo orgulhoso por esses mesmos prazeres, e encontram forças singulares quando é preciso se privar deles. Todas as revoluções, que ou perturbaram ou destruíram as aristocracias, mostraram com que facilidade pessoas acostumadas ao supérfluo podiam viver sem o necessário, ao passo que os homens que alcançaram laboriosamente o conforto dificilmente podem viver depois de havê-lo perdido.

Se passarmos das classes superiores às baixas, veremos efeitos análogos produzidos por causas diferentes

Quando, ao contrário, as classes são confundidas e os privilégios são destruídos, quando os patrimônios se dividem e o conhecimento e a liberdade se espalham, o desejo de adquirir o bem-estar se apresenta à imaginação do pobre, e o temor de perdê-lo ao espírito do rico. Estabelece-se uma multidão de fortunas medíocres. Os que as possuem têm suficientes deleites materiais para conceber o gosto por esses prazeres, mas não o têm o bastante para se contentar com eles. Não os buscam senão com esforço e só se dedicam a estes com receio. Portanto, eles se apegam incessantemente à busca ou retenção desses gozos tão preciosos, tão incompletos e fugazes.

Eu procuro uma paixão que seja natural aos homens cuja obscuridade de origem e mediocridade de fortuna excitam e limitam, e não encontro nada mais apropriado do que o gosto pelo bem-estar. A paixão pelo bem-estar material é essencialmente uma paixão de classe média. Ela aumenta e se estende com essa classe; torna-se preponderante com ela. É aí que ela ganha os postos superiores da sociedade e desce até o seio do povo.

Não encontrei na América um cidadão tão pobre que não lançasse um olhar de esperança e de desejo sobre os deleites dos ricos e cuja imaginação não obtivesse de antemão os bens que a sorte se obstinava a recusar-lhe. Por outro lado, jamais vi entre os ricos dos Estados Unidos este desdém soberbo pelo bem-estar material que se mostra às vezes até mesmo no seio das aristocracias mais opulentas ou mais dissolutas.

A maior parte desses ricos foram pobres; sentiram o agulhão da necessidade; combateram por muito tempo uma sorte adversa e, agora que a vitória foi trazida, as paixões que acompanharam a luta lhe sobreviveram; permanecem como que embriagados em meio a esses pequenos deleites que buscaram por quarenta anos.

Não é que nos Estados Unidos, como em outros lugares, não se encontre um número bastante grande de ricos que, mantendo os bens de sua herança, possuem facilmente uma opulência que não adquiriram. Mas mesmo estes não se mostram menos agarrados aos prazeres da vida material. O amor pelo bem-estar tornou-se o gosto nacional e dominante; a grande correnteza das paixões humanas puxa para este lado, ela arrasta tudo em seu curso.

- Qual a opinião do autor sobre a busca do bem-estar natural?

Texto VI

Terceiro Tomo, Parte II, Capítulo V

Sobre o uso que os americanos fazem da associação na vida social

Não quero falar dessas associações políticas com a ajuda das quais os homens buscam se defender contra a ação despótica de uma maioria ou contra as usurpações do poder real. Já tratei desse assunto em outro lugar. É claro que se cada cidadão, à medida que se torna individualmente mais fraco, e consequentemente mais incapaz de preservar isoladamente sua liberdade, não aprendesse a arte de se unir a seus semelhantes para defendê-la, a tirania cresceria necessariamente com a igualdade. Não se trata aqui de associações que se formam na vida civil e cujo objetivo não tem nada de político.

As associações que existem nos Estados Unidos apenas formam um detalhe em meio a um imenso quadro que o conjunto de associações apresenta.

Americanos de todas as idades, de todas condições, de todas orientações se unem incessantemente. Não só possuem associações comerciais e industriais das quais todos participam, mas de outras mil espécies também: religiosas, morais, sérias e fúteis, muito gerais e bastante particulares, imensas e pequeninas. Os americanos se associam para das festas, fundar seminários, construir albergues, erigir igrejas, difundir livros, enviar missionários aos antípodas. Eles criam dessa maneira hospitais, prisões, escolas. Enfim, quer se trate de trazer à luz uma verdade ou desenvolver um sentimento com o apoio de um grande exemplo, eles se associam. Se no comando de todo novo empreendimento observamos, na França, o governo e, na Inglaterra, um grande proprietário, nos Estados Unidos, podemos contar que encontraremos uma associação. Encontrei na América tipos de associações dos quais, confesso, não fazia sequer ideia e muitas vezes me admirei da arte infinita com a qual os habitantes dos Estados Unidos chegavam a fixar um fim comum aos esforços de vários homens e fazê-los caminhar livremente

[...]

A moral e a inteligência de um povo democrático não correria menores riscos do que seu negócio e sua indústria se o governo viesse tomar todos os lugares nas associações.

Os sentimentos e as ideias só se renovam, o coração só se expande e o novo espírito humano só se desenvolve pela ação recíproca dos homens.

Demonstrei que essa ação é quase nula nos países democráticos. É preciso, pois, criá-la artificialmente. E a única coisa que as associações podem fazer.

[...]

É, pois, necessário que ele não haja sozinho.

São as associações que, entre os povos democráticos, devem substituir os poderosos particulares que a igualdade de condições fez desaparecer.

Tão logo vários habitantes americanos concebem um sentimento ou uma ideia que querem criar no mundo, eles se procuram e, quando se encontram, unem-se. Desde então, já não são mais homens isolados, mas um poder que se vê de longe, cujas ações servem de exemplo: um poder que fala e é ouvido.

A primeira vez que ouvi dizer que nos Estados Unidos cem mil homens haviam se engajado publicamente para abandonar o uso de bebidas fortes, isso me pareceu mais divertido do que sério, e não percebi de início por que esses cidadãos tão temperantes não se contentavam em beber água no interior de suas famílias.

Ao fim, compreendi que esses cem mil americanos, assustados com os progressos que a embriaguez fazia em torno de si, queriam fornecer à sobriedade seu patrocínio. Agiam precisamente como um grande senhor que se vestisse de maneira muito particular a fim de inspirar nos cidadãos mais simples o desprezo pelo luxo. Isso nos faz crer que se esses cem mil homens vivessem na França, cada um se dirigiria individualmente ao governo para lhe implorar vigilância sobre os cabarés de todo território do reino.

Dentre as leis que regem as sociedades humanas, há uma que parece mais precisa e mais clara do que todas as outras. Para que os homens permaneçam ou se tornem civilizados, é preciso que entre eles a arte de se associar se desenvolva e se aperfeiçoe na mesma medida em que a igualdade de condições aumenta.

- Qual a importância de uma associação na vida social?

"SÍNTESE"

Liberdade significa o direito de agir segundo o seu livre arbítrio, de acordo com sua própria vontade desde que não prejudique a outrem, e é sinônimo de autonomia e não depender de ninguém, igualdade de condições e o gozo da mesma forma de tratamento para todos sem privilégios, nem o favorecimento a ninguém, igualdade de oportunidades e condições.

Vida associativa: a vida associativa é um instrumento de exercício da socialidade.

• Liberdade e livre arbítrio.

• Agir com sua própria vontade, sem que não prejudique a outrem.

• não depender de ninguém.

• Igualdade de condições

- mesmo modo de tratamento.

- sem privilégios nem favorecimento

- Igualdade de oportunidades

Comentário a respeito do texto:

Ações da sociedade em grupos, movimentos e tal, ajudam muito pois os seres humanos se encaixa no em um grupo específico nos, eles da pessoa. A democracia tem grande importância pois o ser tem direito de escolher algo, os que nem todos se enquadram, tipo um adolescente ainda não faz isso.

Obs: a sociedade democrática é vista como inclusiva.

A importância da democracia está ligada à melhoria e a possibilidade de fazer melhor.

Quanto que o adolescente ainda não encontrou seu espaço de participação ativo na sociedade democrática.

O que é Democracia

Um sistema político em que o próprio povo vota em algo/alguém para que aquilo possa estar representando a todos de uma forma em que todos estejam de acordo em base da votação de todos.

- Forte associação entre democracia e eleição, maioria, voto.
- Como forma de representação.
- Busca de acordos
- Voto e busca da maioria.



A democracia é como um livro aberto político. Onde cada um tem liberdade de voto, pensando como um todo de uma forma justa, igual para o bem estar da população.

• A democracia é liberdade no livro aberto político

• O voto é livre, mas deve ser pensado como um todo. de forma justa, pensar no bem estar da população.

• A democracia
existe?

É necessário investigar a democracia, no seu real valor, se de fato ela existe na essência. A democracia existe, porém existem alguns valores que a limitam, como por exemplo a liberdade, na qual está posta no entendimento de quem eu sou, e na busca incessante por isto, e é neste momento que a democracia pode não existir, pois existem pressões criadas pela sociedade que fazem com que a liberdade seja questionada.

- Procura harmonizar a democracia com a liberdade.
- Questiona se de fato ela existe em sua essência na sociedade.
- Defende que a liberdade está posta no conhecimento de si e na busca incessante pela liberdade, podendo gerar a existência da democracia.